

**A Evolução das Dimensões do Macromarketing
Expandido no Processo Extrativo da Castanha-
da-Amazônia: O Caso do Assentamento Canaã,
Município de Ariquemes - RO**

Naila Fernanda Sbsczk Pereira Meneguetti

Mariluce Paes de Souza

Ano: 2019

ISBN: 978-65-80261-00-0

flickr

**tricto
ensu
Editora**

Naila Fernanda Sbsczk Pereira Meneguetti

Mariluce Paes de Souza

**A Evolução das Dimensões do Macromarketing
Expandido no Processo Extrativo da Castanha-da-
Amazônia: O Caso do Assentamento Canaã,
Município de Ariquemes - RO**

Rio Branco, Acre

Stricto Sensu Editora

CNPJ: 32.249.055/001-26

Prefixo Editorial: 80261

Prefixo DOI: 10.35170

Editora Geral: Profa. Msc. Naila Fernanda Sbsczk Pereira Meneguetti

Editor Científico: Prof. Dr. Dionatas Ulises de Oliveira Meneguetti

Bibliotecária: Tábata Nunes Tavares Bonin – CRB 11/935

Conselho Editorial

Prof.^a Msc. Ageane Mota da Silva (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Acre)

Prof. Dr. Amilton José Freire de Queiroz (Universidade Federal do Acre)

Prof. Dr. Francisco Carlos da Silva (Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná)

Prof. Dr. Humberto Hissashi Takeda (Universidade Federal de Rondônia)

Prof. Msc. Jader de Oliveira (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho)

Prof. Dr. Leandro José Ramos (Universidade Federal do Acre)

Prof. Dr. Luís Eduardo Maggi (Universidade Federal do Acre)

Prof. Msc. Marco Aurélio de Jesus (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia)

Prof.^a Dr.^a Mariluce Paes de Souza (Universidade Federal de Rondônia)

Prof. Dr. Paulo Sérgio Bernarde (Universidade Federal do Acre)

Prof. Dr. Romeu Paulo Martins Silva (Universidade Federal do Acre)

Prof. Dr. Renato Abreu Lima (Universidade Federal do Amazonas)

Prof. Msc. Renato André Zan (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia)

Prof. Dr. Rodrigo de Jesus Silva (Universidade Federal Rural da Amazônia)

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M541e

Meneguetti, Naila Fernanda Sbsczk Pereira.

A evolução das dimensões do Macromarketing Expandido no processo extrativo da castanha-da-Amazônia : o caso do assentamento Canaã, Município de Ariquemes – RO. / Naila Fernanda Sbsczk Pereira Meneguetti, Mariluce Paes de Souza. – Rio Branco : Stricto Sensu, 2019.

111 p.: il.

ISBN: 978-65-80261-00-0

DOI: 10.35170/ss.ed.9786580261000

1. Assentamentos rurais. 2. Processo extrativista. 3. Castanha-da-Amazônia. 4. Macromarketing expandido. I. Título. II. Meneguetti, Naila Fernanda Sbsczk Pereira, III. Souza, Mariluce Paes de.

Bibliotecária Responsável: Tábata Nunes Tavares Bonin / CRB 11-935

O conteúdo dos capítulos do presente livro, correções e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

É permitido o download deste livro e o compartilhamento do mesmo, desde que sejam atribuídos créditos aos autores e a editora, não sendo permitido a alteração em nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

sseditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O macromarketing é uma nova perspectiva de marketing que avança na relação do marketing com a sociedade, permitindo, uma interface interessante com as discussões de desenvolvimento sustentável e com ambientes mais pobres de países em desenvolvimento, como é o caso da região amazônica estudada.

Pressões de organismos internacionais e nacionais vem exigindo das atividades produtivas na Amazônia a conservação e uso sustentável dos castanhais; geração de renda e inclusão social; acesso a recursos, repartição justa e equitativa de benefícios pelas populações extrativistas, empoderamento e controle social; articulação intra e interinstitucional e intersetorial; e gestão compartilhada (sociedade civil, poder público e privado).

Pode-se dizer que a Amazônia encontra-se numa fase de transição, sendo pressionada por um ambiente institucional que aponta diferentes direções de orientação para suas atividades, a fim de melhorar a qualidade de vida de suas comunidades locais.

Assim, para se respeitar tanto os aspectos referentes a resiliência da extração da castanha, como para melhor beneficiar os participantes da cadeia e as comunidades locais (seringueiros, ribeirinhos, quilombolas e indígenas), como os extrativistas e a população local, é necessário um novo olhar mercadológico, por intermédio do uso do macromarketing. Esse conceito busca estabelecer uma ponte entre o marketing e a sociedade.

O livro “A Evolução das dimensões do macromarketing expandido no processo extrativo da castanha-da-Amazônia: O caso do assentamento Canaã, município de Ariquemes - RO” possui 7 capítulos que estão organizados sistematicamente ao longo de sua estrutura. Composto-se de uma introdução que contextualiza a região e a problemática, do aporte teórico que privilegia o processo de desenvolvimento, a Teoria do Macromarketing, processo extrativista, desenvolvimento nos assentamentos rurais, dos métodos da pesquisa e dos resultados, que compreende o perfil socioeconômico dos coletores da castanha-do-Brasil, qualidade de vida e ambiente desses coletores, liberdade substantiva e a configuração da práxis do Macromarketing expandido.

Considera-se que este livro como muito importante face a constatação de que a floresta Amazônica, pode ser sustentável, seja com seus serviços ou produtos, e ainda, com a promoção de alternativas de desenvolvimento, neste caso focado na cadeia produtiva da castanha-da-Amazônia.

Desejo a todos uma ótima leitura

Mariluce Paes de Souza

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 2. REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO.....	12
2.1 Processo de Desenvolvimento.....	12
2.2 Teoria do Macromarketing.....	17
2.3 Processo Extrativista.....	25
2.4 Desenvolvimento nos Assentamentos Rurais.....	28
CAPÍTULO 3. MÉTODOS.....	35
3.1 Universo e Amostra.....	35
3.2 Método da Pesquisa.....	36
3.3 Instrumento de Pesquisa.....	37
3.4 Coleta e Análise dos Dados.....	39
CAPÍTULO 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	44
4.1 Perfil Socioeconômico dos coletores da castanha-da-Amazônia.....	44
4.2 Qualidade de vida e ambiente dos coletores da castanha-da-Amazônia.....	61
4.3 Liberdade Substantiva.....	77
4.4 Configurando a Práxis do Macromarketing Expandido.....	83
CAPÍTULO 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
CAPÍTULO 6. REFERÊNCIAS.....	90
CAPÍTULO 7. ANEXO.....	104
AUTORES.....	111

1. INTRODUÇÃO

No início da década de 1950 o Governo Brasileiro criou as Colônias Agrícolas no Estado de Rondônia, visando normalizar o abastecimento de gêneros alimentícios no entorno das cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim, em função do fim do segundo ciclo da borracha, quando os seringais foram abandonados pelos extrativistas (SILVA, 2000; SOUZA *et al.*, 2012).

No entanto, neste mesmo período, iniciou-se no Brasil as manifestações sobre a reforma agrária mediante à implantação dos assentamentos rurais. Esta questão tem sido frequentemente debatida, mas de forma diversificada, visto que os assentamentos rurais não têm sido implantados apenas por meio da desapropriação de terras, mas também por processos como o reconhecimento, a regularização fundiária, a compra, doação entre outros, e não somente em áreas rurais, mas também nas florestas, as quais possuem territorialidades agroextrativistas (COCA, 2013).

Em 1964 é institucionalizada a política pública de assentamentos rurais com a promulgação do Estatuto da Terra, a qual, segundo Bergamasco (1997), respaldou o processo de colonização, em especial na região Norte, com a criação de assentamentos para abrigar colonos migrantes do Sudoeste e do Sul do país.

Ainda Bergamasco (1997), diz que nos anos de 1980-1990, os movimentos de trabalhadores rurais ganham impulso, no entanto, os dados demonstrados pelos censos formais do Brasil apontam graves problemas sociais ainda sem solução, isso parece reiterar que somente a conquista da terra não é suficiente e que os assentados irão dispor da necessária infraestrutura social - saúde, educação, transporte e

moradia - e produtiva - terras férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio creditício e comercial - o que efetivamente não ocorre.

Nesse mesmo período, em que ocorriam as primeiras manifestações em relação a reforma agrária, o estado de Rondônia e a Amazônia atravessavam o declínio da borracha, o que, de certa forma, favoreceu o extrativismo de outros Produtos Florestais Não-Madeiráveis (PFNMs) como a castanha-da-Amazônia, hoje uma das principais fontes de renda de comunidades, povos tradicionais e assentamentos que foram criados às margens das florestas. Embora os coletores defrontam problemas, como por exemplo, o baixo preço pago pelos atravessadores e a falta de apoio e motivação por parte do governo, uma vez que as políticas públicas, pouco valorizam os recursos florestais, notadamente os não-madeireiros, o que de forma indireta valoriza a pecuária de corte e o cultivo da soja (SOUZA-FILHO *et al.*, 2010). Esta situação requer, cada vez mais, atenção e criação de alternativas para melhorar a situação da cadeia extrativista da castanha-da-Amazônia.

A extração da castanha-da-Amazônia ocorre em toda a região amazônica, sendo as plantações, os denominados *plantetions*, pouco significativos em termos quantitativos devido a maioria ainda ser de forma experimental, porém, com registros de grandes áreas com espécies nativas (ZUIDEMA, 2003; SCOLES *et al.*, 2011), no entanto, por tratar-se de uma das mais importantes espécies de exploração extrativista da região, sua cadeia ganha importância ao contribuir com, a geração de divisas (TONINI, 2011) para os Estados da Região Norte do País. No aspecto comercial, a maior parte da produção é vendida *in natura* para o mercado nacional e internacional, e menos de 10% é comercializada em nível local ou regional, sendo o Brasil o segundo

maior produtor do mundo, destacando o papel de populações extrativistas, estas que são responsáveis pela coleta da maior parte da produção nacional (MORI; PRANCE, 1990; CLAY, 1997; CLEMENT, 1999; IBGE, 2010).

Os coletores de castanha-da-Amazônia apresentam diferentes origens sendo em sua maioria seringueiros, caboclos, ribeirinhos e índios, também os migrantes que estão extraíndo esse produto, principalmente aqueles agrupados em assentamentos rurais, esses que nos primeiros anos de implantação da comunidade passam por diversas dificuldades. E a castanha-da-Amazônia se torna uma alternativa de subsistência até que as lavouras comecem a produzir, e após esse período podendo servir como uma renda extra para as famílias.

Devido ao difícil acesso dos assentados à floresta, e as dificuldades encontradas para a coleta e comercialização da castanha-da-Amazônia, ressaltando-se as questões voltadas a infraestrutura social e produtiva, fatores que vêm de encontro as questões inerentes a qualidade de vida das pessoas que habitam a estas regiões, torna-se necessário entender os motivos que influenciam a estabilidade dessas populações uma vez que muitos utilizavam a forma extrativista no início dos assentamentos e por fim acabaram tendo que cultivar a agricultura, rebanhos e a pesca para conseguirem sobreviver.

Esses assentamentos que são considerados pobres, por não possuírem infraestrutura adequada no padrão das cidades, e ainda, por seus moradores terem renda baixa, que atende somente a sobrevivência das famílias, dependem de suporte para atender suas necessidades fisiológicas, sociais e culturais, além de outras igualmente contingenciais, para que possam alcançar determinado

patamar de condições de vida (KERSTENETZKY, 2000). Martinez (2011) demonstra por meio dos estudos de Sen (2000), que o maior desejo das pessoas é poder desfrutar de uma “vida boa”, e por isso, essa direção deve ser conduzida por políticas econômicas voltadas ao bem estar, com oportunidades sociais adequadas, onde os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros.

A Teoria do Macromarketing define o processo socioeconômico como aquele que dirige o fluxo econômico de bens e serviços dos produtores para os consumidores, de forma a assegurar a consecução de objetivos sociais no curto e no longo prazo (MCCARTHY, 1978).

Neste sentido, Kilbourne (2004) apresenta um modelo para estudar as condições que levam a sociedade a um crescimento sustentável, equitativo e democrático. Este modelo propõe um conjunto de variáveis e um quadro de investigação mais expandido, mas necessário ao processo para que seja alcançado diferentes impactos sociais.

O Macromarketing Expandido proposto por Kilbourne (2004) inclui análise sobre qualidade de vida, ambiente e liberdade substantiva como uma condição necessária para o desenvolvimento de uma sociedade, uma população ou comunidade, tendo grande relevância principalmente por adicionar variáveis políticas, culturais e o relacionamento conceitual, o que vem coadunar com as questões inerentes aos “Povos da Floresta” que moram em comunidades tradicionais ou assentamentos e que exercem a atividade extrativa da castanha-da-Amazônia.

Considerando os aspectos ressaltados em relação à produção extrativa da castanha-da-Amazônia em assentamentos da Reforma

Agrária, com o presente estudo teve como objetivo descrever a evolução das dimensões do Macromarketing Expandido, baseado em Kilbourne (2004), no processo extrativo da castanha-da-Amazônia no Assentamento Canaã no Município de Ariquemes – RO, no período compreendido entre 2003 a 2013.

O extrativismo praticado nos assentamentos rurais é uma das estratégias de sobrevivência que está inserida nos diferentes sistemas de produção das populações locais, sendo uma das poucas alternativas para algumas populações.

Atualmente a Amazônia constitui uma das principais regiões do país no que se refere aos esforços de reforma agrária, tanto em termos de número de famílias assentadas como em área ocupada, porém, são poucos os estudos que demonstram a relação econômica e ambiental desses assentamentos a respeito da realidade amazônica.

Desse modo, busca-se com este estudo compreender o nível de desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental no assentamento Canaã por meio das formas de vida que essas populações apresentam, pelo fato de que em muitas regiões do mundo, principalmente nos países em desenvolvimento as condições dos assentamentos vêm se deteriorando em decorrência do baixo volume de investimentos, difícil acesso, falta de interesse político, falta de infraestrutura, educação, saúde, saneamento básico, cultura, transporte, dentre outros.

Portanto, essa pesquisa é necessária para uma melhor compreensão dessas comunidades, servindo como projeto piloto para estudos futuros, podendo posteriormente ser utilizado como base para aplicações em outros assentamentos, para melhoria dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Antes do mundo presenciar o advento das transformações produtivas que vieram a se caracterizar pela sua dimensão como revoluções industriais, houve momentos na história em que ocorreram importantes mudanças, como a revolução imposta nas civilizações antigas do oriente que determinou a transformação das sociedades nômades em sociedades sedentárias, definindo um tipo de atividade voltada ao suprimento dos requisitos para a subsistência totalmente distinta da extrativista anterior. Logo após, o mundo assistiu a transformação da sociedade agrícola em sociedade industrial, período este definido pela mudança da sociedade feudal com o desenvolvimento dos burgos e a conseqüente emergência das atividades artesanais, que viriam a definir o surgimento das guildas que mais adiante com a divisão do trabalho transformariam-se em fábricas, determinando o surgimento da sociedade industrial (SILVA *et al.*, 2006).

Para se alcançar o atual estágio de desenvolvimento das organizações, a sociedade passou sucessivamente por várias etapas. Na Idade Média predominou o espírito religioso com o universalismo, os séculos XVIII e XIX caracterizaram-se pelo abrandamento das influências estatais e pelo desenvolvimento do capitalismo através do liberalismo econômico e social, no século XX o socialismo praticamente obriga o capitalismo a produzir o máximo de desenvolvimento possível, e hoje a sociedade se caracteriza pelas organizações das quais os seres humanos dependem para nascer, viver e morrer (PACZKOWSKI, 2003).

A análise do desenvolvimento é retratado desde o século XVIII como modelo de progresso das cidades, já o estudo do

desenvolvimento econômico e social surgiu a partir da constatação da desigualdade entre os países que se industrializaram e atingiram elevados padrões de bem estar material, e aqueles que não se industrializaram continuaram em situação de pobreza e com profundos desníveis sociais. A definição mais difundida sobre desenvolvimento econômico refere-se ao crescimento econômico com melhoria no padrão de vida da população e transformações fundamentais na estrutura de sua economia, esta definição é inerente ao processo de industrialização do sistema capitalista, pela teoria econômica tradicional é considerado o padrão universal almejado por todos os povos, está estreitamente vinculada à acumulação, entendida como a necessidade de concentração e reprodução contínua do capital, ou seja, o contínuo retorno do lucro à esfera produtiva (FISHER; PINHO, 2006).

A economia política nasce com a implantação do capitalismo e como fruto da modernidade, e tem como marco fundador Adam Smith um dos grandes pensadores da modernidade que está entre aqueles que aceitaram um dos maiores desafios teóricos da humanidade que é explicar a emergência e a regulação da ordem social, ele evidenciava uma interpretação sistematizada da ordem social capitalista, observando-a tanto pela ótica da produção, da acumulação e do excedente como pela forma de mercado. Posterior a Smith, David Ricardo implica o desenvolvimento como um processo de acumulação autossustentável de capital, que seria interrompido com a escassez de terra disponível (GANEM, 2012; SANTOS, 2013).

Analisando as obras de Sen em “A riqueza das nações” (1989) e “Teoria dos sentimentos morais” (1999) o conceito de desenvolvimento de Smith era voltado para o bem estar, e que os esforços individuais e

a capacitação ampliada pelo Estado eram colocados como necessários ao bem estar coletivo. Segundo Sen, a negação de oportunidades de transações econômicas é uma forma de privação de liberdade, uma vez que todas as pessoas possuem a necessidade de troca e transação, ele não é a favor do argumento no qual apenas os mercados expandem a renda, a riqueza e as oportunidades econômicas das pessoas (SANTOS, 2013).

Sen demonstra que a globalização possibilitou a ligação entre diferentes regiões, tanto no âmbito do comércio e da comunicação, quanto na propagação de ideias, porém, o mundo é composto de privações e problemas sociais, para ele o principal desafio à globalização está na desigualdade representada pelas disparidades de riqueza, poder e oportunidades políticas, sociais e econômicas (SEN, 2010, SANTOS, 2013).

Segundo Kilbourne (2004), a globalização se refere ao processo através do qual os Estados-Nação se tornam mais economicamente, financeiramente e culturalmente integrada pelas ações econômicas dos atores transnacionais. O processo de globalização está levando a desterritorialização, ou seja, a separação de laços culturais do local. Ele analisa que o crescimento econômico e o desenvolvimento são fundamentais para melhorar a qualidade de vida dos países menos desenvolvidos, porém, o argumento de que um único modelo de desenvolvimento terá sucesso em todos os casos é infundado. Afirma também que o caminho para o desenvolvimento irá variar de país para país e vai depender também de sua história, cultura, infraestrutura, estrutura política e base tecnológica.

A partir da Segunda Guerra Mundial passou-se a considerar o desenvolvimento dos países tidos como subdesenvolvidos através do

progresso econômico e social (SANTOS, 2013). Sen destaca que no início o interesse não era muito o crescimento, mas, posteriormente, aumentou consideravelmente. Com as economias danificadas pela guerra fez grandes esforços para reconstruir o mais rápido possível, os países em desenvolvimento tentou iniciar o desenvolvimento econômico, os países capitalistas avançados, relativamente livre de crises periódicas, tentando se concentrar em aumentar a taxa de crescimento no longo prazo, e os países socialistas estavam determinados a alcançar as mais ricas economias capitalistas através de rápida expansão econômica (SEN, 1979).

Desse pressuposto, os economistas passaram a se importar pelo assunto e formularam modelos baseados no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), no acúmulo de capital e no avanço da industrialização como meio de promover o desenvolvimento, sendo que até o fim da década de 1960 os conceitos de desenvolvimento estavam ligados apenas ao crescimento econômico (SANTOS, 2013).

A obra “Desenvolvimento como liberdade” de Sen publicada em 1999, é fundamental para a compreensão das discussões acerca do desenvolvimento, que consiste na concepção de que o desenvolvimento deve ser entendido como um processo de expansão de liberdades:

Uma concepção adequada do desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sen desconsidera a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. [...] O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN, 1999).

Em sua teoria Sen reconhece a importância da expansão da renda per capita para o desenvolvimento, porém, considera que é mais adequado avaliar as liberdades que a renda pode gerar. Na sua visão, a renda perde importância em si mesma e sua relevância está relacionada à capacidade dos indivíduos para convertê-la em condições de vida desejáveis. Sachs (2004) também corrobora que o crescimento econômico é insuficiente para assegurar o desenvolvimento, que deve ser socialmente incluyente, ecologicamente sustentável e economicamente sustentado, com o objetivo de promover o bem estar e a realização das potencialidades humanas (COSAC; PEREIRA, 2008).

Assim, é possível constatar que o crescimento econômico auxilia não apenas no aumento da renda privada, mas possibilita ao Estado financiar a seguridade social e a criação de oportunidades sociais como educação pública, serviços de saúde e desenvolvimento de uma imprensa livre e ativa que pode contribuir para o desenvolvimento econômico e para uma redução significativa da taxa de natalidade. Além do Estado é necessário também o reconhecimento de outras instituições e agentes como responsáveis de promover oportunidades aos indivíduos. Nos países em desenvolvimento é evidente a necessidade de iniciativas de políticas públicas na criação de oportunidades, hoje os países considerados desenvolvidos passaram por este processo, e além de melhorar a qualidade de vida de forma direta, melhoram também as habilidades produtivas das pessoas, e assim o crescimento econômico (SEN, 2010; SANTOS, 2013).

2.2 TEORIA DO MACROMARKETING

É consenso na literatura que o marketing exista desde os primórdios da humanidade, mas como ciência nasceu por volta de 1900. Nos anos de 1910, iniciou-se o surgimento da escola Institucional, em função da percepção pelos consumidores dos altos preços pagos pelos produtos. Pinto (2013), sustenta que até a década de 1950, o mundo dos negócios equiparava marketing a vendas, sob o domínio dessa visão tradicional, a chave para a lucratividade era altos volumes de vendas e a responsabilidade do marketing era vender o que era possível produzir, tendo o produto como foco.

Os primeiros trabalhos sobre marketing foram desenvolvidos até meados da década de 1970, e a escola Institucional focou seus estudos na função da comercialização pelos intermediários e não nos produtos ou nas funções de marketing, reconhecendo o relacionamento interdependente entre os vendedores e compradores, introduzindo a perspectiva interativa. Com o surgimento da escola Ativista, por volta dos anos de 1970, estudiosos como Kotler e Hunt anunciavam o conceito de marketing que transcenderia o mero foco no consumidor para lidar com questões sociais mais amplas, aplicada tanto ao meio político, instituições beneficentes e universidades, quanto a produtos (MIRANDA; ARRUDA, 2004).

Deste modo, a sociedade vem ao longo do tempo ampliando os conceitos em relação às organizações, pois uma organização é acima de tudo social, as empresas são criadas em função das pessoas e por elas é o propósito organizacional de tornar eficazes os seus pontos fortes e irrelevantes suas fraquezas, na verdade, essa é a única razão pela qual a organização deve existir, ou seja, para que os indivíduos

possam alcançar objetivos sociais, econômicos e políticos (PACZKOWSKI, 2003).

Com isso, a década de 1960 caracterizou-se pela emergência da criação das escolas de Macromarketing, como consequência do crescente interesse da função e impacto das atividades de marketing em instituições sociais e vice-versa, o desenvolvimento do Pensamento Macromarketing refletiu mudanças nas condições sociais e intelectuais destas instituições (MIRANDA; ARRUDA, 2004).

A escola de Macromarketing teve uma posição diferente das tradicionais, explorando as interações entre o meio ambiente, o econômico e o social nas empresas e/ou organizações. Uma corrente encarou o estudo com o modelo de análise de sistemas colocando o papel do marketing e da empresa como subsistemas, e o seu crescimento e maturação levou a identificação de várias subdisciplinas em seu interior que aparecem refletidas claramente nas categorias nas quais agrupa seus trabalhos no Journal of Macromarketing, são elas: 1) concorrência, mercados e sistemas de marketing; 2) ética de marketing e justiça distributiva; 3) marketing e desenvolvimento; 4) história do marketing; 5) qualidade de vida (COBRA; BREZZO, 2010).

Ainda na década de 1960 alguns trabalhos mostraram os limites do macromarketing, Holloway e Hancock (1964) visualizaram como uma atividade influenciadora da sociedade, Fisk (1967) em seu livro Marketing Systems descreveu o inter-relacionamento entre as economias de equalização, as estratégias e mecanismos de administração de marketing e as consequências sociais das atividades de marketing (MIRANDA; ARRUDA, 2004).

O conceito de macromarketing foi desenvolvido no final da década de 1970, considerando os efeitos sistêmicos das atividades de

marketing das empresas sobre as sociedades como um todo. Os trabalhos com esse enfoque foram coletados desde meados da década de 1970 no Journal of Macromarketing (COBRA; BREZZO, 2010). Shower e Nickels (1979) sugeriram que quando os objetivos são para descrever ou aumentar aspectos sobre o bem estar social, no que diz respeito a sistemas de troca, o estudo é macromarketing. Ainda neste período, vários estudiosos descreveram as perspectivas do macromarketing, conforme pode ser observado no quadro 1.

Quadro 1 - Perspectivas do Macromarketing.

AUTOR	PERSPECTIVA
MOYER (1972)	Macromarketing estuda o marketing dentro do contexto do sistema econômico geral, com especial ênfase em sua performance agregada.
SHAPIRO (1973)	Macromarketing é o estudo do marketing do ponto de vista global da atividade agregada na economia, por meio do próprio fluxo de bens e serviços, com vistas em atingir certos objetivos sociais.
GRASHOF e HELMAN (1973)	O sistema de macromarketing nos Estados Unidos, dentro de um contexto direcionado pelo mercado para a produção e o consumo em massa, aparece como balizador e elemento de estudo e explicação para as discrepâncias e controvérsias entre produção e consumo.
SPRATLEN (1975)	Macromarketing está ligado às transações agregadas de mercado ou às atividades de troca, instituições, comportamentos e análises de performance de determinados setores, regiões ou do sistema de marketing como um todo.
HUNT (1976)	Macromarketing sugere um alto de agregação, normalmente envolvendo os sistemas de marketing ou grupos de consumidores.
BAGOZZI (1977)	Macromarketing estuda redes de relacionamento, conectando os padrões da sociedade com os atores de marketing, e o relacionamento sistêmico entre os atores de marketing.
BARTELS e JENKINS (1977)	Num sentido mais abrangente, o macromarketing representa o próprio marketing visto de maneira global. Ele representa os processos de marketing em sua inteireza e os mecanismos agregados com os quais as instituições o operacionalizam. Representa, ainda, sistemas e grupos de microinstituições, como os canais, conglomerados, indústrias e associações, em contraste com seus componentes individuais.
HUNT (1977)	Macromarketing se refere ao estudo dos sistemas de marketing, aos impactos e consequências desses sistemas na sociedade e vice-versa.
NICKELS e HILL (1978)	Macromarketing é o estudo dos sistemas de trocas intra e internacional, em lugar de transações particularizadas, e envolve: (1) a estrutura, o fluxo (processo) e o poder relacional dentro dos sistemas; (2) os efeitos dos sistemas de trocas nos vários subsistemas; (3) os efeitos das várias influências ambientais nos sistemas de trocas de forma geral; (4) a produtividade e a equidade dos vários sistemas de trocas; (5) as interações entre os sistemas de trocas domésticos e entre eles e os sistemas internacionais; (6) o gerenciamento global dos sistemas de trocas; (7) os efeitos dos sistemas de trocas no desenvolvimento econômico; (8) os processos complexos de tomada

	de decisões dos centros de compras e dos sistemas de distribuição; (9) as atividades e estruturas coletivas dentro dos sistemas de trocas; (10) as implicações em políticas públicas dos sistemas de trocas.
MCCARTHY (1978)	Macromarketing é um processo socioeconômico que dirige o fluxo econômico de bens e serviços dos produtores para os consumidores, de forma a compatibilizar capacidades de suprimento heterogêneas com demandas heterogêneas e assegurar a consecução de objetivos sociais em curto e em longo prazo.
SLATER (1978)	Marketing e distribuição sob uma perspectiva societal é macromarketing.
WHITE e EMERY (1978)	O estudo dos impactos das transações nos sistemas, sociedades ou grupos é macromarketing.
SHAWVER e NICKELS (1979)	Macromarketing é o estudo das atividades de trocas e sistemas de trocas sob a perspectiva societal.

Fonte: Adaptado a partir de HUNT; BURNETT (1982); SANTOS (2004).

No início da década de 1980, Fisk (1981) proporcionou um avanço importante iniciando o macromarketing como uma disciplina formal acadêmica, oferecendo uma agenda de pesquisa e encorajando os estudiosos de marketing para direcionar seus esforços para as pesquisas e empreendimentos que servisse aos interesses das comunidades. Outro passo importante para a evolução da disciplina foi descrito por Meade e Nason (1991), que apontou que o macromarketing deve desenvolver-se como uma construção teórica unificada, favorecendo o redirecionamento para sistemas de conceituação e pesquisa. Mais recentemente Nason (2004) destacou cinco pontos que justificam a aplicação do sistema de macromarketing:

- 1) Macromarketing é compatível com a natureza global dos sistemas de ciência;
- 2) É apropriado usar ideais explicativas da teoria de sistemas como conceitos analíticos em macromarketing;
- 3) O "equilíbrio de forças" conceito de sistemas físicos é útil;
- 4) Sistemas abertos são estruturalmente instáveis e vão esgotar entrada ou potenciais de produção;
- 5) Com macromarketing sistemas fechados precisam ser enquadradas nesses termos.

Portanto, desde o surgimento do macromarketing estudiosos teóricos têm colocado como desafio a criação de teorias que incorporem adequadamente os assuntos voláteis e subjetivos que envolvem o relacionamento entre marketing e a sociedade (SANTOS, 2004).

Neste contexto, Schmitz e Peres (2006) destacam que por meio de um sistema eficaz de macromarketing pode-se gerar o desenvolvimento econômico principalmente das nações menos desenvolvidas, pois sem ele as mesmas não conseguem escapar do ciclo vicioso da pobreza, devido o mesmo ser um processo social que dirige o fluxo econômico de bens e serviços dos produtores aos consumidores proporcionando a aproximação da globalização e o desenvolvimento para essas sociedades.

Segundo Sen (2002) o atual capitalismo global é uma abordagem inadequada para o desenvolvimento por causa de seu foco principal sobre as relações econômicas de mercado. No modelo de macromarketing tradicional a globalização é o ponto inicial para que se possa alcançar o desenvolvimento, para Kilbourne (2004):

A avaliação da globalização como um processo deve começar com a suposição de que ele é mais do que mera internacionalização da estratégia de marketing ou marketing multinacional por grandes empresas. É um projeto complexo e multidimensional que tem aspectos econômicos, financeiros, culturais e ambientais, os quais devem ser considerados na abordagem do macromarketing (KILBOURNE, 2004).

O macromarketing aproxima a globalização ao desenvolvimento, porém, no modelo tradicional os resultados pretendidos com a globalização e as instituições de mercado (figura 1) nem sempre irão alcançar o desenvolvimento, que é o foco principal desse modelo, porque o processo de desenvolvimento é instável e pode ser

problemático se for um modelo único, pois atualmente a globalização é incompatível com as instituições existentes em países menos desenvolvidos, posteriormente, os resultados tornam-se imprevisível e instável (KILBOURNE, 2004).

Neste cenário, Kilbourne descreve o Macromarketing Expandido como demonstrado na figura 1 derivado de estudos de Sen, no qual estuda a relação entre marketing e desenvolvimento, oferecendo uma ótica diferente sobre o processo de desenvolvimento.

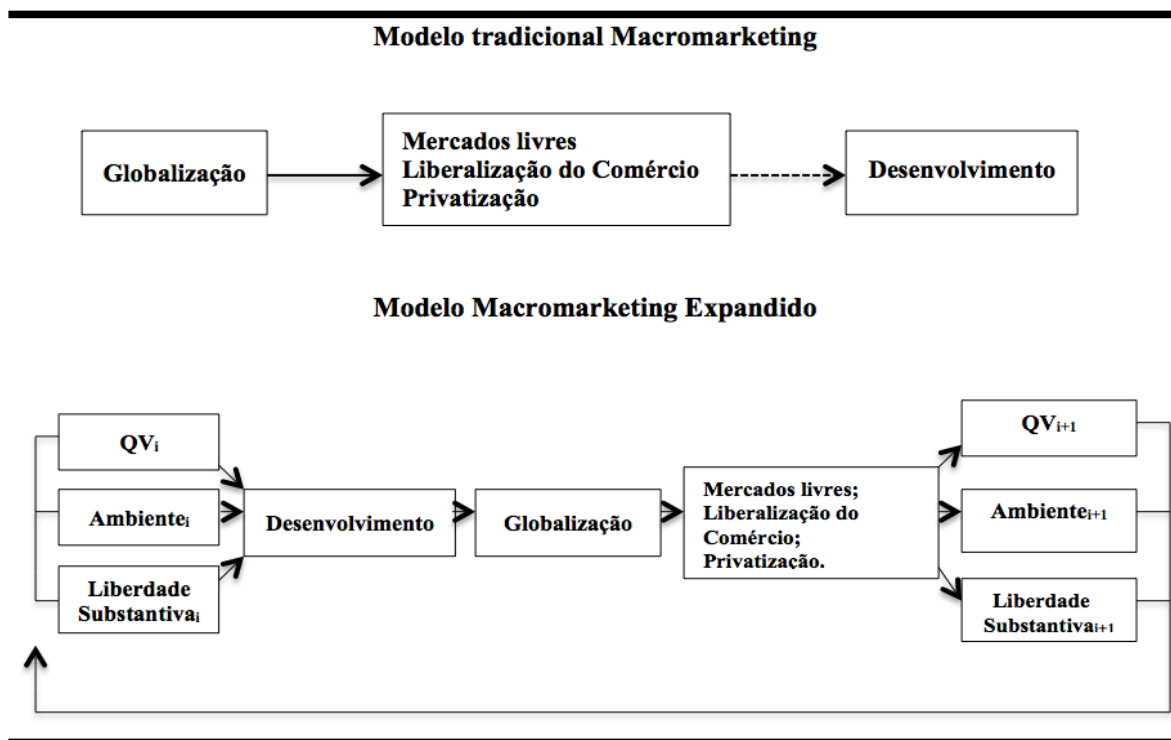


Figura 1. Modelos de desenvolvimento.
 Fonte: Kilbourne (2004).

O modelo Expandido sugere que qualidade de vida (QV) (conjunto de fatores que incluem: saúde, educação, alimentação, renda satisfatória, dentre outros) seja o ponto inicial a ser elaborado em conjunto com ambiente (saneamento básico, água de boa qualidade, moradia, energia, segurança, dentre outros) e liberdades substantivas (cultura, igualdade entre os sexos, igualdade social, econômica e

religiosa, direitos políticos e civis, dentre outros), sendo melhorada em consequência do desenvolvimento econômico e de mercado. De acordo com Sen (2010):

Um número imenso de pessoas em todo o mundo é vítima de várias formas de privação de liberdade. Fomes coletivas continuam a ocorrer em determinadas regiões, negando a milhões a liberdade básica de sobreviver. Mesmo nos países que já não são esporadicamente devastados por fomes coletivas, a subnutrição pode afetar numerosos seres humanos vulneráveis. Além disso, muitas pessoas têm pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada, e passam a vida lutando contra uma morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo à morte prematura. Nos países mais ricos é demasiado comum haver pessoas imensamente desfavorecidas, carentes das oportunidades básicas de acesso a serviços de saúde, educação funcional, emprego remunerado ou segurança econômica e social. Mesmo em países muito ricos, às vezes a longevidade de grupos substanciais não é mais elevada do que em muitas economias mais pobres do chamado Terceiro Mundo (SEN, 2010).

O desenvolvimento é definido por Oliveira (2007) como a eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem ponderadamente sua condição de agente. Já Roelser *et al.* (2008) reitera que:

O processo de desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade, pois o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas, talvez até mesmo a maioria. A ausência dessa liberdade relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se, de ter uma moradia digna com acesso à água tratada e saneamento básico (ROELSER *et al.*, 2008).

O processo de desenvolvimento como liberdade é antes de mais nada o desenvolvimento do bem estar dos indivíduos, processo esse que deve ser difundido na liberdade, tais como possuir condições

sociais e econômicas (serviços de educação e saúde) e os direitos civis (liberdade de participar de discussões e averiguações públicas) (SEN, 2010).

O economista Amartya Sen aborda em seus trabalhos a sua perspectiva de liberdade afirmando principalmente como conceito de capacidade, na qual define como o conjunto de possibilidades reais de escolha que possuem os indivíduos, através desse conceito ele desenvolveu outro, que é a liberdade substantiva, que trata justamente dessa liberdade potencial que possuem os indivíduos (SEN, 2010).

Portanto, os elementos que compõem as liberdades substantivas são considerados a essência do desenvolvimento, e de acordo com o modelo tradicional QV, ambiente ou liberdades substantivas devem ser totalmente evoluída desde o início do processo de desenvolvimento, incluindo variáveis como autonomia, justiça e integridade cultural.

Kilbourne (2004) diz que “Então se o aumento de liberdades substantivas é o objetivo do desenvolvimento, o argumento de Sen é de que renda e riqueza por si só são insuficientes para alcançar este objetivo porque tanto pode aumentar sem aumentar liberdades substantivas”.

Deste modo, no processo da formulação do macromarketing tradicional, as construções de QV, ambiente e liberdade substantiva é visto por Kilbourne como truncado, pois se tem uma visão limitada do desenvolvimento. E no modelo expandido as condições iniciais, QV_i , ambiente_i e liberdade substantiva_i devem ser conhecidas mas não necessariamente deve ser totalmente evoluída desde o início do processo de desenvolvimento, pois elas afetam diretamente o modelo de desenvolvimento que podem ser apropriado para a situação, QV_{i+1} deve ser maior que QV_i , havendo uma evolução e melhora na QV sem

deixar de se preocupar com o estágio inicial. Conseqüentemente, quando os mercados evoluem levam a um maior desenvolvimento, QV, ambiente e liberdade substantiva devem aparecer ao final do processo, e não apenas início, então o resultado é realimentado para as condições iniciais aumentando o potencial para conduzir a um maior desenvolvimento, assim, o processo é contínuo e de auto-reforço de acordo com Kilbourne (2004).

Portanto, nesta pesquisa será utilizado este modelo expandido como base para averiguar se as variáveis descritas por ele ocorreram no assentamento Canaã, com a finalidade de responder aos objetivos do presente estudo.

2.3 PROCESSO EXTRATIVISTA

O processo extrativista é utilizado para coletar produtos naturais de origem mineral, animal e vegetal, sendo a mais antiga atividade humana, antecedendo a agricultura, a pecuária e a indústria, sendo praticada em várias partes do mundo e em diferentes sociedades. Atualmente esse processo é indicado de maneira sustentável, sendo usufruídos os recursos da natureza sem degradá-la e não comprometendo gerações futuras gerando renda para comunidades de todo o Brasil (INPA, 2014).

Na Região Amazônica, recebe destaque entre os processos extrativistas os PFNMs provenientes principalmente de florestas nativas, onde um dos mais importantes é a castanha-da-Amazônia devido sua abundância na região, importância na alimentação e retorno financeiro aos coletores.

A castanheira foi originalmente descrita em 1807, por Humboldt e Bonpland, no entanto, foi Poiteau, em 1825, o primeiro a classificá-la dentro da família Lecythidaceae (MORI; PRANCE, 1990; TONINI *et al.*, 2008), esta que abriga 197 espécies descritas em 11 gêneros (SANTOS *et al.*, 2006). A castanheira é uma árvore nativa da Amazônia e teve seus frutos exportados para a Europa pela primeira vez em 1633, em um navio holandês que saiu de Belém – Pará (FILOCREÃO, 2008). Essa espécie vegetal se distribui por toda a região de forma desigual, sendo abundante em algumas áreas, rarefeita e ausente em outras. Sua área de ocorrência vai desde o extremo sul do Escudo das Guianas até o alto Beni (14° latitude sul); seu limite leste encontra-se a noroeste do Maranhão, na bacia do rio Gurupi (DUCKE; BLACK, 1954; SALOMÃO, 2009). As florestas amazônicas com a presença de castanheiras cobrem uma superfície de aproximadamente 325 milhões de hectares (STOIAN, 2004), tendo as formações mais compactas no Brasil com 300 milhões (LORENZI, 2000), seguido da Bolívia 10 milhões e do Peru 2,5 milhões, porém, a Bolívia domina o mercado da castanha-da-Amazônia, não só em quantidade exportada, mas também em tecnologia, níveis sanitários e, principalmente, valor agregado, controla 71% do mercado de castanha-da-Amazônia processada enquanto o Brasil é responsável por apenas 18% (COSLOVSKY, 2005; MARTINS *et al.*, 2008).

É uma árvore onde suas sementes são de grande importância econômica para as comunidades locais por ser uma das principais fontes de renda, especialmente durante o período chuvoso do ano (CLAY, 1997). É uma das mais importantes espécies de exploração extrativista da Amazônia, tendo participação significativa na geração de

divisas para a região, além de ser fonte geradora de emprego e renda para milhares de trabalhadores rurais e urbanos (TONINI, 2011).

A castanheira é a única planta onde a colheita de sementes comercializada internacionalmente é feita quase que exclusivamente em florestas tropicais primárias (CLAY, 1997; PERES *et al.*, 2003), sendo as plantações pouco significativas em termos quantitativos (ZUIDEMA, 2003; SCOLES *et al.*, 2011) e devido a esses fatores algumas recomendações para o seu cultivo tem sido elaboradas por pesquisadores da Embrapa de Rondônia (LOCATELLI *et al.*, 2005), porém, entre as plantas amazônicas com importância econômica e mercado consolidado, está é a única espécie que até o momento não tem sido cultivada com sucesso (LIMA, 2009).

Outra alternativa para incentivar o plantio da mesma é a inserção da espécie em sistemas agroflorestais (SAFs) na Amazônia, pois além de cumprir com o objetivo do SAF, as castanheiras começam a frutificar aos oito anos de idade, atingindo dos 12 aos 14 anos a maturidade e regularidade na produção, tendo seus frutos um período médio de 14 meses de maturação (CLEMENT, 2000; YARED *et al.*, 1993; FERREIRA; TONINI, 2009; ZUIDEMA; BOOT, 2002; PERES *et al.*, 2003; SALOMÃO, 2009; TONINI, 2011), isto pode ser visto como um fator negativo a curto prazo para se obter o produto desejado, porém, a longo prazo este investimento vai ser usufruído por várias gerações devido ao longo tempo de vida de uma castanheira. Outro fator que influencia negativamente a produção de castanha é a destruição de castanhais nativos pelos desmatamentos, influenciando diretamente na produção extrativista da castanha, prejudicando assim a exportação brasileira (BRASIL, 2010).

A recuperação brasileira na produção extrativista da castanha-da-Amazônia, depende diretamente da Região Amazônica onde um dos maiores desafios é a implementação de políticas públicas que alterem a forma de ocupação econômica vigente, no sentido de maior justiça social, de contenção do desflorestamento e de utilização racional do meio ambiente de forma conservacionista, pois há um crescente reconhecimento de que as atuais formas predatórias de ocupação na região acarretam pesados ônus socioeconômicos e ambientais para todo o país (BECKER, 2001).

Uma das alternativas indicadas por Fearnside (2008) para a sustentabilidade da região amazônica é o extrativismo vegetal, pois conserva a floresta tornando-a um empreendimento sustentável e financeiramente atraente, podendo formar a base de sustentação das populações tradicionais amazônicas, que possui uma demanda elástica no mercado internacional (CAVALCANTE *et al.*, 2011).

2.4 DESENVOLVIMENTO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais, com o intuito de reordenamento do uso da terra ou a busca de novos padrões sociais na organização do processo de produção agrícola. Esses assentamentos podem ser criados devido a projetos de colonização, reassentamento de populações atingidas por barragens ou similares, planos estaduais de valorização das terras públicas e de regularização possessória, criação de reservas extrativistas e principalmente por programas de reforma agrária

(BERGAMASCO; NORDER, 1996) este que é o caso do presente estudo.

As experiências de reforma agrária relatadas em várias partes do mundo demonstram que não há um consenso, dificilmente existindo casos iguais (BARRACLOUGH, 2001), ou seja, os processos são bastante complexos e dependem diretamente de circunstâncias específicas de natureza política, econômica, cultural, social, religiosa e da disponibilidade de recursos naturais característicos em cada situação (ABRA, 1976; RANIERI, 2003).

No Brasil a reforma agrária é discutida desde os anos 1950, sendo que em 1964 diferentemente do que se esperava, o golpe militar legalizou a questão por meio da promulgação do Estatuto da Terra, que era considerado “Letra morta para a resolução dos problemas agrários do país”, esse estatuto respaldou um longo processo de colonização, em especial na região Norte e Centro-Oeste, com a implantação de assentamentos de colonos do Sudoeste e do Sul, sendo posteriormente duramente reprimidos, e a opção do governo militar, além da colonização, se voltava à modernização da agricultura por meio de incremento ao uso de insumos químicos e mecânicos, deixando sem alteração a concentrada estrutura fundiária, e os resultados desta modernização influenciou diretamente na formação de uma classe de assalariados rurais com baixíssimo poder de compra, pelo desemprego, precariedade das condições de trabalho e pela exclusão social, o que levou mais de 28 milhões de pessoas a deixarem o campo em direção às cidades entre 1960 e 1980, e esta precarização das condições de vida e de trabalho de milhões de pessoas resultou no fortalecimento da organização política dos trabalhadores nas décadas de 1980 e 1990 que ganham ímpeto, tanto no campo como nas cidades,

tornando a problemática da reforma agrária e o acesso à terra palavra de ordem na sociedade brasileira (BERGAMASCO, 1997), sendo elaborado em 1985 o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), este que também foi lembrado na Constituição de 1988 (SPAROVEK, 2003).

Devido ao PNRA e a Constituição de 1988, a partir de 1990 ocorreu um aumento constante no número de ocupações e famílias por ocupação até o ano de 1999, havendo uma variação nos anos seguintes até o ano de 2012, conforme pode ser observado no gráfico 1.

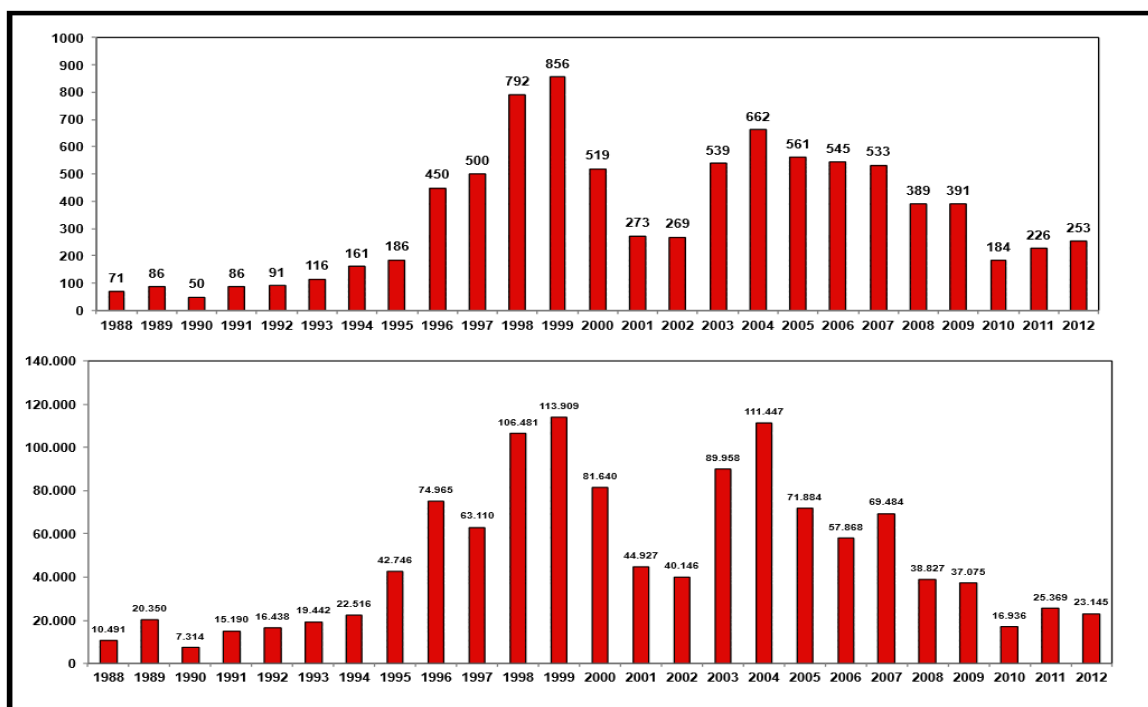


Gráfico 1. Número de ocupações e famílias por ocupação de 1988 a 2012.
Fonte: Girardi; Vinha (2013). A: Número de ocupação. B: Número de famílias por ocupação.

A distribuição do número de ocupações e famílias por ocupação nos estados brasileiros estão detalhadas na figura 2.

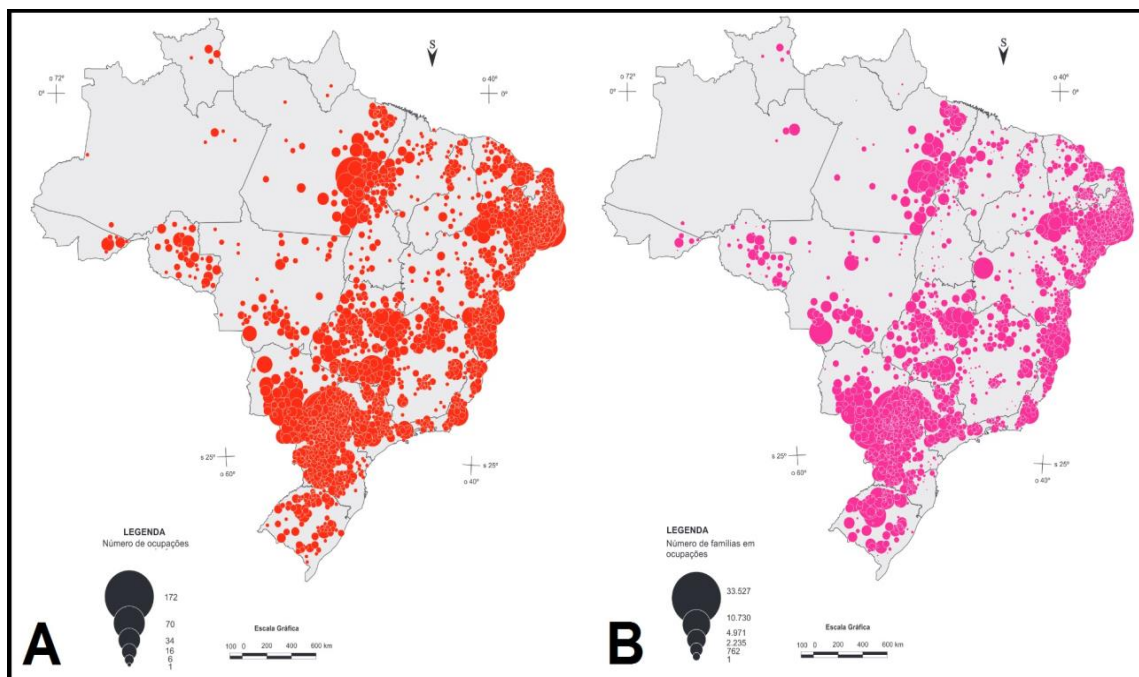


Figura 2. Distribuição do número de ocupações e famílias por ocupação nos estados brasileiros de 1988 a 2012.

Fonte: Girardi; Vinha (2013). A: Número de ocupação. B: Número de famílias por ocupação.

É dificilmente contestável o fato de que imensa parcela dos agricultores que receberam terra encontra-se em condições muito difíceis, que comprometem seriamente sua capacidade de organização de uma vida econômica, social e cultural estável (GRAZIANO, 2004), esse padrão é bem diferente nos países desenvolvidos, onde a agricultura familiar responde por parcela significativa do total da produção (ABRAMOVAY, 1992).

Mesmo com as condições não favoráveis dos assentados, a maioria relata que está em situação melhor do que antes de receberem a terra, sendo esse um indicador positivo do potencial da política nacional, porém, o fato de não haver comparação sistemática entre benefícios e custos compromete fortemente a sua própria continuidade e faz com que os administradores públicos perguntem-se permanentemente se os gastos com o programa são compensadores sob o ângulo do bem-estar social (ABRAMOVAY, 2005).

Essa melhora na condição de vida “mesmo que limitada” dos assentados, estimula a procura por assentamentos de um número considerável de pessoas e esse interesse por novas terras vem desde o início da colonização do Brasil, onde a fronteira agrícola tem sido deslocada para o interior à procura de terras férteis e baratas (UICN *et al.*, 2011), com a prerrogativa principal de proteção do território e garantia da soberania nacional (CALANDINO *et al.*, 2012).

Esse padrão induzido, estimulado pelas políticas públicas de incentivo à ocupação da Amazônia desde o Governo Vargas foi intensificado durante a ditadura militar, sob o pretexto de “integrar para não entregar”. Como resultado, observa-se uma política mais colonizadora do que reformista, assim, os esforços de reforma agrária na Amazônia Legal têm sido conduzidos com a abertura de novas áreas de ocupação, a partir da colonização de terras públicas que não acarretam uma mudança na estrutura fundiária do país (PASQUIS *et al.*, 2005; FAGGIN, 2009, TOURNEAU; BURSZTYN, 2010; CALANDINO *et al.*, 2012).

Na região Norte de 1988 a 2012 foram 817 ocupações e 109.900 famílias assentadas, ocorrendo principalmente nos estados do Pará com 548 ocupações e 83.005 famílias assentadas e Rondônia com 119 ocupações e 14.368 famílias assentadas (GIRARDI; VINHA, 2013) como visto na figura 2, por outro lado se calcularmos a quantidade de ocupações por mil Km², Rondônia fica em primeiro lugar com 0,5 enquanto o Pará apresenta 0,4, porém, o número de famílias por mil Km² o Pará continua em primeiro com 67 seguido de Rondônia com 61.

Ao analisar somente o ano de 2012 a região Norte apresentou 20 ocupações com 2.039 famílias, tendo Rondônia como líder no número de ocupações com nove, seguido do Pará com oito, e mesmo assim o

estado do Pará lidera em número de famílias com 1.039, seguida de Rondônia com 700 (GIRARDI; VINHA, 2013), porém, nesse caso se for calculado o número de famílias por mil Km², Rondônia fica em primeiro seguido do estado do Pará com respectivamente 2,9 e 0,83. A distribuição do número de ocupações e famílias por ocupação no ano de 2012 pode ser verificada na figura 3.

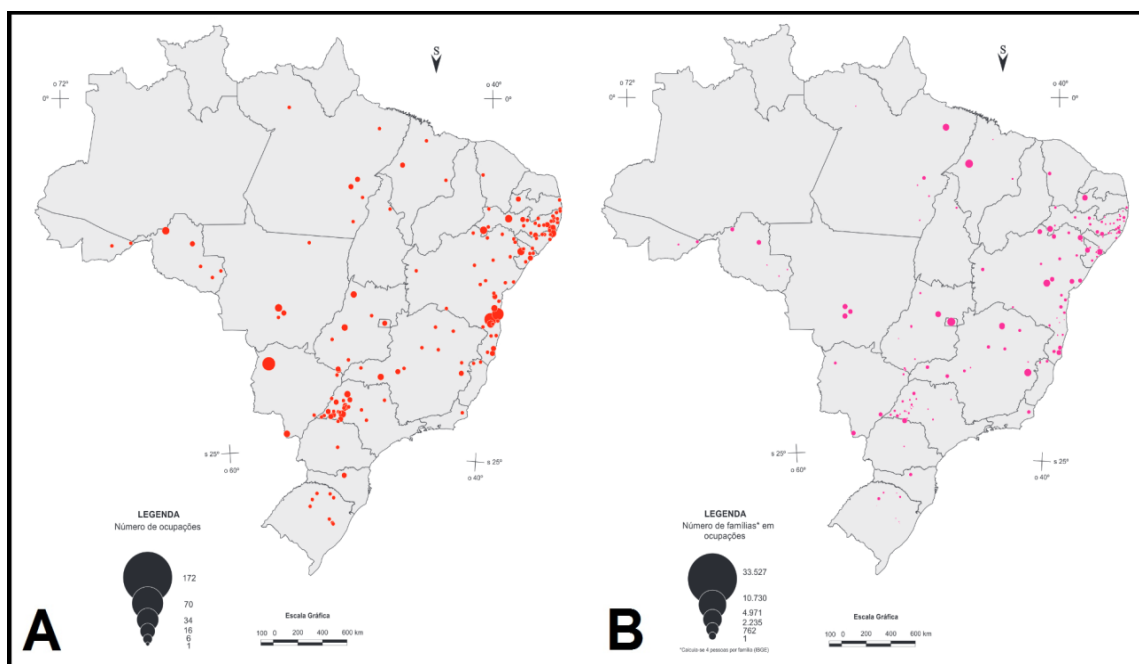


Figura 3. Distribuição do número de ocupações e famílias por ocupação nos estados brasileiros em 2012.

Fonte: Girardi; Vinha (2013). A: Número de ocupação. B: Número de famílias por ocupação.

A principal fonte de renda das famílias assentadas na região amazônica é a agricultura familiar, essa que tem participação significativa na riqueza nacional (GUILHOTO *et al.*, 2006), sendo que em 2003 contribuiu com 10,1% (R\$ 157 bilhões) do PIB brasileiro e um terço do PIB do agronegócio nacional (ANTOS; MITJA, 2012).

Na região Amazônica, a agricultura familiar se manifesta de forma mais característica do que em outras regiões, constituindo a base onde se aplica a extração dos recursos naturais e a maior parte da produção

de alimentos, ocorrendo culturas temporárias e permanentes, além da exploração extrativa, ocasionando mudança da base produtiva em suas propriedades com a integração ao mercado (GALVÃO *et al.*, 2005).

Entre os produtos extrativistas, recebem destaque os PFNMs, devido se enquadrarem na proposta do desenvolvimento sustentável, que é de usufruir os recursos naturais, sem afetar as gerações futuras. Dentre os PFNMs um dos coletados pelos assentados é a castanha-da-Amazônia que gera uma renda importante para essas famílias, principalmente nos anos iniciais dos assentamentos, onde a agricultura familiar ainda está em processo de implantação.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 UNIVERSO E AMOSTRA

A área de estudo escolhida foi o Assentamento Canaã situado à Linha C19 Km 82 município de Ariquemes - Rondônia, estando aproximadamente 90 km da cidade de Ariquemes e 50 Km de Jaru. Importante esclarecer que essa área foi uma alternativa à escolha originalmente definida, a Comunidade de Santa Catarina, no Baixo Rio Madeira, em função da enchente que resultou na alagação de todas as comunidades no entorno do Município de Porto Velho.

O Assentamento Canaã iniciou em maio de 2003, com 98 famílias onde cada uma ganhou um lote com 10 alqueires que equivale aproximadamente 25 hectares.

No assentamento Canaã está localizada a Associação dos Produtores Rurais de Canaã (ASPROCAN) e de acordo com informações do presidente da mesma existem nesta localidade sete famílias coletoras de castanha-da-Amazônia, essas que foram selecionadas para o presente estudo. A localização geográfica da ASPROCAN e das famílias pesquisadas está demonstrada na figura 4.

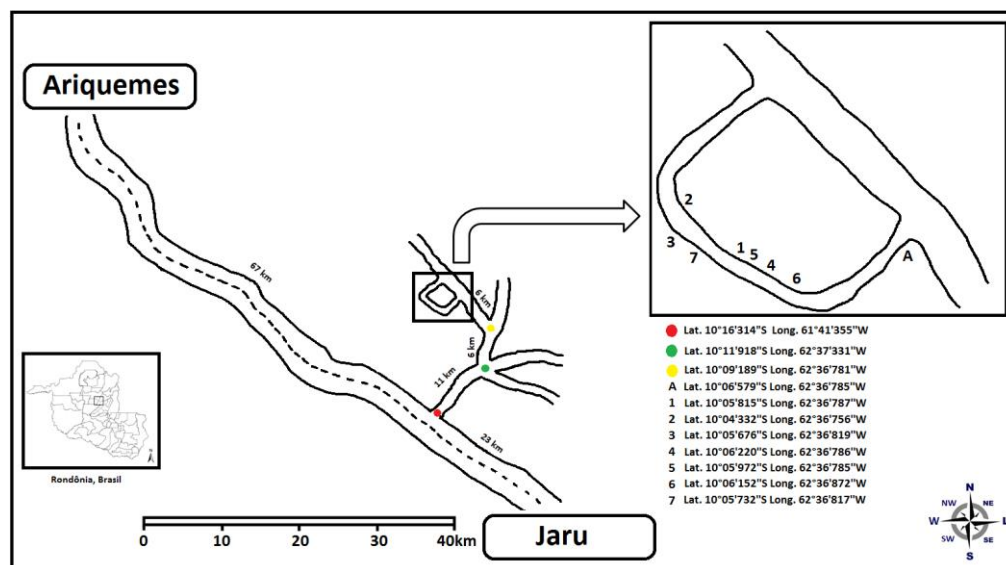


Figura 4. Mapa da localização geográfica do assentamento Canaã.
Fonte: Elaborado pela autora. A: Sede ASPROCAN. 1,2,3,4,5,6,7: famílias entrevistadas.

3.2 MÉTODO DE PESQUISA

Foi empreendido uma pesquisa qualitativa e exploratória descritiva, fundamentado em dados secundários e primários e aporte teórico-empírico, na parte conceitual como demonstrado na revisão da literatura, foi exposto o arcabouço teórico de forma que apresentasse o assunto estudado mostrando novas contribuições ao tema. Segundo Gil (2011), o delineamento da pesquisa ocupa-se precisamente do contraste entre a teoria e os fatos investigados e sua forma é a de uma estratégia ou plano geral que defina as operações necessárias para fazê-lo.

De acordo com Flick (2009), a pesquisa qualitativa dirige-se à análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais. Também possui um caráter exploratório, uma vez que estimula o entrevistado a pensar e a se expressar livremente sobre o assunto em questão.

A pesquisa exploratória é realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas, também por se tratar de um estudo relativamente novo e pouco pesquisado no universo acadêmico, envolve levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso (GIL, 2011). Os principais traços a adotar ao longo de uma entrevista exploratória é ter o mínimo de perguntas, intervir da forma mais aberta possível, evitar intervir no conteúdo, procurar que a entrevista se desenrole num ambiente e num contexto adequado (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992). Já as pesquisas descritivas têm como objetivo descrever as características de uma determinada

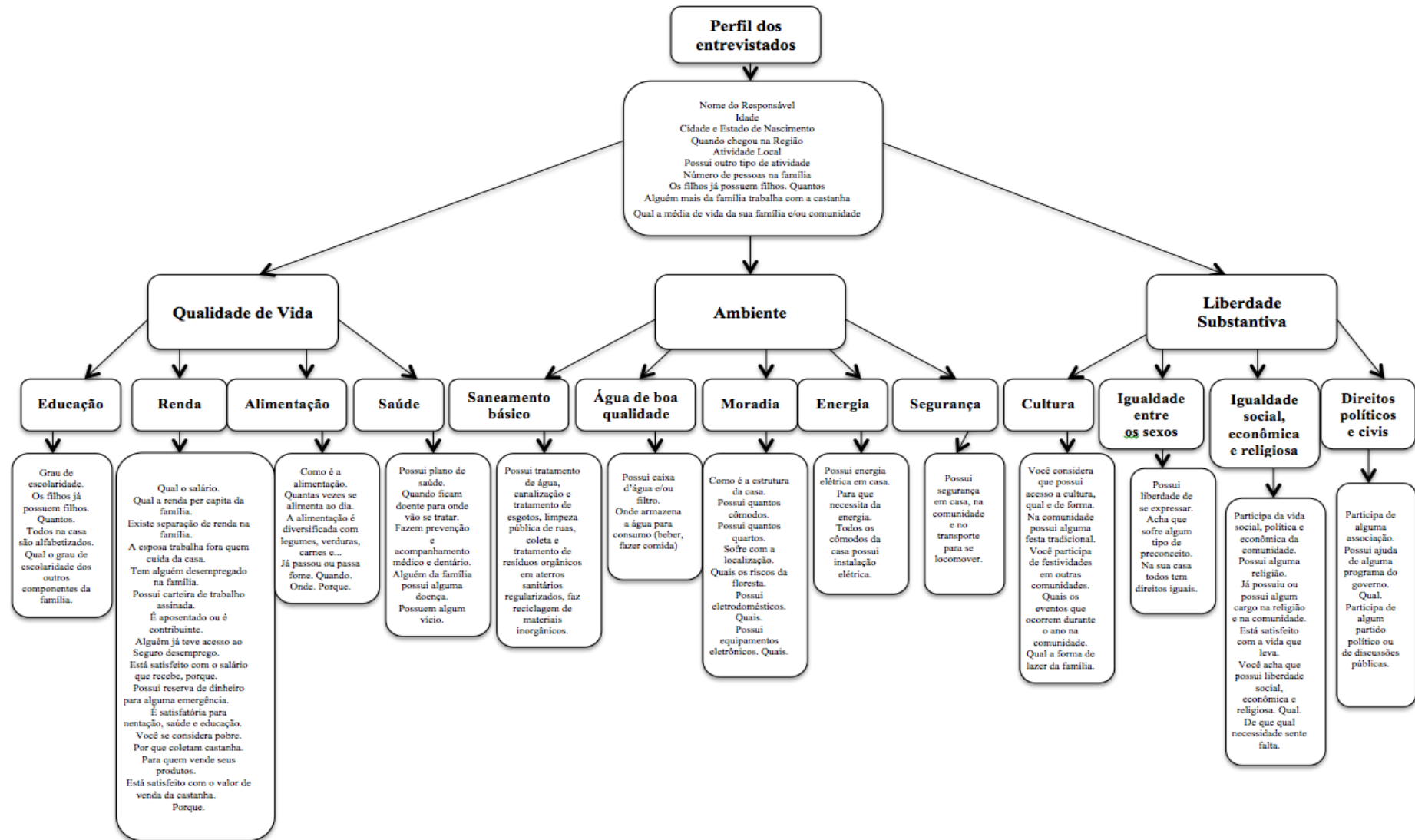
população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2011).

Após apresentado o referencial teórico, o presente trabalho oferece os critérios de mensuração dos dados analisados, os dados são apresentados quanto à fonte, coleta e tratamento.

3.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA

O instrumento adotado para a realização das entrevistas foi um formulário com questões semi-estruturadas com perguntas abertas e fechadas elaboradas de acordo com o esquema derivado de abordagens teóricas que nortearam a entrevista como demonstrado na figura 5. O qual aborda os temas descritos na literatura de Amartya Sen, sem inibir possíveis descobertas sobre o fenômeno estudado.

Figura 5 - Esquema para elaboração do formulário a partir da abordagem do MacromarketingExpandido.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Sen (2010).

O formulário continha questões onde a resposta foi descrita pelo pesquisador por meio de observação das características e comportamento das famílias durante as entrevistas e conversas informais, tanto na primeira visita como na segunda.

A entrevista é definida como a técnica onde o pesquisador se apresenta ao entrevistado e lhe formula perguntas com o objetivo de obter as respostas necessárias a sua pesquisa, é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (GIL, 2011).

O formulário semi-estruturado é recomendado nos estudos exploratórios, pois visa abordar realidades do entrevistado com perguntas fechadas, e oferece uma visão mais aproximada do problema pesquisado como as perguntas abertas. E o instrumento de observação permite ao pesquisador descobrir como algo efetivamente ocorre, pois a presença do pesquisador pode provocar alterações no comportamento e nas respostas do investigado e podendo produzir resultados pouco confiáveis.

3.4 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa de campo ocorreu em duas etapas, em ambas foi realizada uma visita à comunidade estudada, compreendido no período de março a abril de 2014.

Na primeira etapa foi utilizada a técnica de observação participante simples, com o intuito de conhecer o local do estudo,

vivenciar a realidade e facilitar a obtenção de dados, propiciando uma melhor compreensão dos participantes e das características locais. É importante ressaltar que antes do primeiro contato foi realizado um estudo dotado de conhecimento prévio das peculiaridades do grupo a ser pesquisado, com a finalidade de garantir a correta interpretação e entendimento do que está sendo observado.

Na segunda etapa foi realizada a entrevista tendo como material de apoio um formulário semi-estruturado de acordo com as dimensões do modelo Macromarketing Expandido (qualidade de vida, ambiente e liberdade substantiva) e a teoria de Amartya Sen.

Os dados coletados foram inseridos e analisados no Software Atlas Ti 6.0 (licença do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração - PPGMAD da Universidade Federal de Rondônia - UNIR), que tem por objetivo ajudar o pesquisador a registrar, organizar e possibilitar o acompanhamento dos registros efetuados, contribuindo para a confiabilidade do estudo.

O Atlas Ti permite algumas vantagens em relação a técnicas antigas empregadas na análise de conteúdo, pois é possível analisar e gerenciar vários tipos de documentos ou instrumentos de coleta de dados, como respostas às questões abertas de questionários, relatórios de observação, cartas, além de áudio (transcrição de entrevistas não-estruturada, músicas, reuniões, palestras, entre outros), imagens e vídeos (gravações de reportagens televisivas, aulas, filmes, entre outros), os principais elementos do Atlas Ti podem ser visto no quadro 2 (QUEIROZ; CAVALCANTE, 2011).

Quadro 2 - Principais elementos do Atlas Ti.

ELEMENTOS	DESCRIÇÃO
Unidade hermenêutica (Hermeneutic unit)	Reune todos os dados e os demais elementos.
Documentos primários (Primary documents)	São os dados primários coletados. Em geral, são transcrições de entrevistas e notas de campo e de checagem. São denominados de Px, onde x é o número de ordem.
Citações (Quotes)	Trechos relevantes das entrevistas que geralmente estão ligados a um código. Sua referência é formada pelo número do documento primário onde está localizada, seguido do seu número de ordem dentro do documento. Também constam da referência as linhas inicial e final.
Códigos (Codes)	São os conceitos gerados pelas interpretações do pesquisador. Podem estar associados a uma citação ou a outros códigos. São indexados pelo nome. Apresentam dois números na referência. O primeiro se refere ao número de citações ligadas a ele; e o segundo, ao número de códigos. Os dois números representam, respectivamente, o grau de fundamentação (groundedness) e o de densidade (density) do código.
Notas de análise (Memos)	Descrevem o histórico da interpretação do pesquisador e os resultados das codificações até a elaboração final da teoria.
Esquemas (Netview)	São os elementos mais poderosos para exposição da teoria. São representações gráficas das associações entre os códigos (categorias e subcategorias). O tipo das relações entre os códigos é representado por símbolos.
Comentário (Comment)	Todos os elementos podem e devem ser comentados, principalmente os códigos, fornecendo informações sobre seu significado.

Fonte: BANDEIRA-DE-MELLO; CUNHA (2003).

É importante destacar que o Atlas Ti não realiza todo o procedimento de análise, é necessário que o pesquisador conheça as potencialidades do software para adequá-lo à teoria de base utilizada para análise.

Os dados foram tabulados no Software Microsoft Excel 2013, para a realização de análises estatísticas. Para a análise estatística foram utilizados os seguintes testes:

- T de Student: para a comparação entre a média de duas variáveis.
- Anova: para a comparação entre a média de várias variáveis.
- Tukey: para demonstrar onde ocorreu a significância estatística no teste Anova.
- Qui-quadrado: para comparar duas proporções.

Para a realização dos testes acima citado, foram utilizados os Softwares GraphPad Prism 6.0 versão trial (T de Student, Anova e Tukey) e Epi Info 7.0 licença livre (Qui-quadrado).

O GraphPad Prism é um programa de gráficos estatísticos usado por diversos pesquisadores no mundo, esse software contém múltiplas funções para síntese e análise de gráficos, tanto de barras como usando plano cartesiano. Tendo como diferencial, três módulos simultâneos, um contendo a tabela com valores, outro os comentários do projeto, e por fim o gráfico resultante (GRAPHPAD, 2014).

O Epi Info é um software de domínio público criado pelo Centers for Disease Control and Prevention (CDC), desenvolvido inicialmente para atender estudos epidemiológicos na área da saúde. Porém, devido a sua fácil utilização e acesso livre o mesmo vem sendo utilizado em diversas áreas para o gerenciamento e análise de banco de informações individualizados em constante renovação, atendendo as necessidades emergentes de pesquisadores em várias partes do mundo. Sendo utilizado tanto para estatística paramétrica e não paramétrica (CDC, 2014).

Foi utilizado o modelo Macromarketing Expandido conforme figura 6 para identificação da ocorrência das dimensões (qualidade de vida, ambiente e liberdade substantiva) no início do assentamento, e se no período analisado houve a ocorrência das dimensões (desenvolvimento, globalização e mercados) para a verificação da evolução das dimensões (qualidade de vida, ambiente e liberdade substantiva).

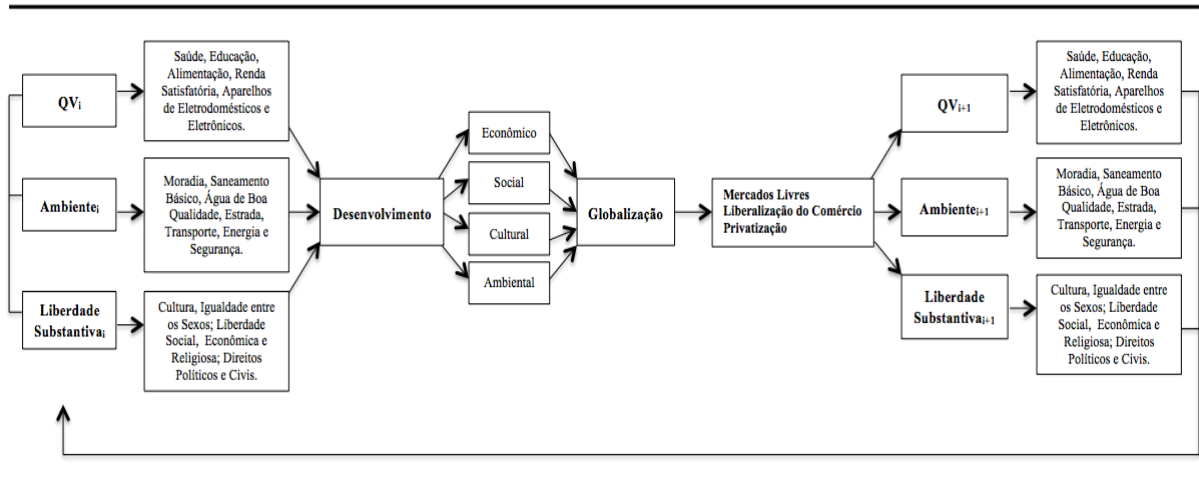


Figura 6. Esquema de análise dos dados a partir do modelo Macromarketing Expandido.

Fonte: Elaborado a partir do modelo de Kilbourne (2004).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS COLETORES DA CASTANHA-DA-AMAZÔNIA

Dos sete entrevistados 57,1% tem idade superior a 60 anos e 42,9% tem idade entre 32 a 40 anos, 71,4% são do gênero masculino e 28,6% do feminino, a grande maioria 85,7% tem como escolaridade o Ensino Fundamental incompleto e 14,3% não são alfabetizados. A procedência dos entrevistados são diversas, sendo 42,9% da região Sudeste, 28,6% do Sul, 14,3% do Centro-Oeste e 14,3% do Norte. O tempo de residência no assentamento também é variado com 28,6% residindo a mais de 10 anos, 28,6% de 7 a 9 anos, 28,6% de 4 a 6 anos e 14,3% de 1 a 3 anos, como descritos na tabela 1.

Tabela 1. Perfil dos entrevistados.

Identificação entrevistados	Idade (anos)	Gênero	Escolaridade	Procedência	Tempo de residência no local	Nº Filhos
Entrevistado 1	65	Masculino	Fundamental Incompleto	Minas Gerais	7 a 9 anos	4
Entrevistado 2	40	Feminino	Fundamental Incompleto	Espírito Santo	1 a 3 anos	5
Entrevistado 3	62	Masculino	Fundamental Incompleto	Rondônia	4 a 6 anos	6
Entrevistado 4	38	Masculino	Fundamental Incompleto	Paraná	4 a 6 anos	4
Entrevistado 5	61	Masculino	Não Alfabetizado	Mato Grosso do Sul	10 anos ou mais	2
Entrevistado 6	33	Feminino	Fundamental Incompleto	Minas Gerais	7 a 9 anos	1
Entrevistado 7	32	Masculino	Fundamental Incompleto	Paraná	10 anos ou mais	2

Outro ponto que pode ser observado na tabela 1 é o número de 3,4 filhos por casal, essa média está acima da média nacional que é 1,9 filhos por casal, e da região norte que é 2,5 filhos, essa que é a região com maior média do Brasil (IBGE, 2014). Agora se comparar com outros assentamentos no Brasil como o assentamento Serraria no município de Tamarana estado do Paraná pode-se notar um comportamento semelhante, com uma média de 3,7 filhos por casal, fato que demonstra a mudança cultural ocorrida não só nas cidades como também no meio rural, pois antigamente as famílias rurais eram numerosas, o que representava mais braços para a lavoura; atualmente por razões econômicas e sociais, a situação é inversa (MOURA, 2001), diferentemente do Peru onde nos assentamentos humanos se tem uma média de 4 a 6 filhos por casal, semelhante aos padrões brasileiros há alguns anos (PIURA, 2014).

As famílias em estudo diversificam em relação as suas atividades principais, variando tanto em número, quanto em tipos de lavouras do período de chegada ao assentamento até o ano de 2013, conforme descrito na tabela 2.

No ano em que as famílias foram assentadas, o extrativismo da castanha-da-Amazônia e a banana eram os principais produtos usufruídos pelos assentados, respectivamente. De acordo com os entrevistados a castanha constituía-se em uma ótima alternativa, visto que as lavouras ainda estavam sendo plantadas, e havia uma grande quantidade de castanheiras na floresta, pois a região ainda era pouco desmatada. A extração da castanha-da-Amazônia também é a principal atividade econômica de 50% das famílias do núcleo Cupu no Pará, onde as famílias utilizam esse produto na alimentação com consumo *in natura* da amêndoa e do leite como condimento, o ouriço é usado para

remédio, carvão e também no artesanato, e a casca da árvore é usada como chá para combater verminoses (PEREIRA *et al.*, 2009), essa alternativa também é usufruída em assentamento localizado no município de Juruena em Mato Grosso, sendo considerado modelo de coleta e processamento da castanha-da-Amazônia (BARBANT, 2012), desta maneira a fazenda São Nicolau é um exemplo de organização e facilitação da colheita desse produto (ONF-BRASIL, 2008).

Tabela 2. Principais produtos da lavoura e da floresta do assentamento Canaã.

Produtos	Ano em que foi assentado							Total
	Ent 1	Ent 2	Ent 3	Ent 4	Ent 5	Ent 6	Ent 7	
Milho	1	-	-	-	-	-	-	1
Arroz	1	-	-	-	-	-	-	1
Feijão	1	-	-	-	1	-	-	2
Banana	-	1	-	1	-	1	-	3
Mandioca	-	1	-	-	-	-	-	1
Castanha	1	1	1	1	1	1	1	7
Café	-	-	3	3	-	-	-	2
Cacau	-	-	3	-	-	-	-	1

Produtos	Ano de 2013							Total
	Ent 1	Ent 2	Ent 3	Ent 4	Ent 5	Ent 6	Ent 7	
Café	1	1	1	1	1	-	1	6
Banana	1	1	1	1	1	1	1	7
Mandioca	1	1	-	-	-	-	-	2
Feijão	-	1	-	1	-	-	-	2
Milho	-	1	-	1	1	-	1	4
Arroz	-	-	-	1	-	-	-	1
Castanha	-	1	-	1	1	1	-	4
Cacau	-	1	1	-	1	1	-	4

Legenda: Ent = Entrevistado.

A banana foi a segunda cultura mais produzida, provavelmente devido sua rápida produção e mercado garantido na região, além da produção periódica, essas mesmas características também foram observadas em novos assentamentos no estado do Paraná (ALVES; HOMMA, 2004). Essa alta produção de banana em assentamentos também é observado em assentamentos de outros estados brasileiros, sendo relevante em Minas Gerais (CUNHA, 2003), principal cultura no

assentamento Colibri no estado do Acre (FERREIRA; *et al.*, 2008), e a segunda principal cultura, e maior cultura frutifica em assentamentos rurais da zona da mata no estado de Pernambuco (PEREIRA; SOUSA, 2004; ALVES *et al.*, 2012).

No ano de 2013 a banana e o café foram respectivamente os produtos mais produzidos, a justificativa da banana ainda é o grande mercado para o produto, a periodicidade anual com coletas semanais ou quinzenais, que também é observada no estado do Acre (FERREIRA *et al.*, 2008), além do bom preço do produto. Essa manutenção da produção da banana não é observada no sudeste paranaense, pois em decorrência da falta de manejo e da proliferação de doenças nos bananais, os assentados colhem no máximo dois cachos por touceira, abandonam o bananal e deixam formar a pastagem (HOMMA *et al.*, 2001).

A produção de café é resultado da lavoura iniciada nos anos iniciais, nesse mesmo sentido também é importante destacar as lavouras de cacau que já estão dando retorno e em consonância com essas culturas é produzida lavouras de milho em SAFs, aproveitando os espaços entre as plantas. O café também é a segunda principal cultura no assentamento Amaralina, localizado no município de Vitória da Conquista, Bahia, estando presente em 68% das propriedades (CERQUEIRA *et al.*, 2002), sendo ainda mais representativo no assentamento Primeiro do Sul, em Campo do Meio, Minas Gerais onde é considerado a principal cultura do assentamento, e assim como no presente estudo eles também utilizam do SAFs em 78,6% das famílias, onde entre as lavouras de café, são cultivados milho, feijão, banana, mamão e abóbora (MOTA *et al.*, 2010), esse tipo de lavoura no sistema SAFs é incentivado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), sendo

disponibilizado gratuitamente o livro “Sistemas agroflorestais em assentamentos de reforma agrária”, demonstrando alguns resultados e vantagens desse tipo de cultura (ASSUMPÇÃO *et al.*, 2002).

O número de famílias que coletam a castanha-da-Amazônia foi reduzido, a explicação dada pelos entrevistados é a diminuição das árvores próximas as residências, que ocorreu devido ao avanço da lavoura e ao aumento do desmatamento, e de outras culturas produzidas pelos assentados o que necessita de um maior envolvimento nas atividades, além do baixo preço do produto, o que desmotivou algumas famílias a continuarem coletando. Um estudo realizado no município de Manicoré estado do Amazonas, também descreve a diminuição de coletores da castanha-da-Amazônia por dois motivos semelhantes aos do presente estudo, como o aumento na renda de outras atividades produtivas, que corresponde a uma redução no esforço de coleta da castanha-da-Amazônia e a distância dos castanhais (CORTEZ, 2011), que vem aumentando provavelmente pelo desmatamento de regiões próximas as residências. A questão do baixo preço pago pela castanha-da-Amazônia também já foi relatado em outro estudo realizado em Rondônia, que descreve que os coletores enfrentam um grande problema, o baixo preço pago pelos atravessadores e a centenária falta de apoio e motivação por parte das instituições do governo (SOUZA-FILHO *et al.*, 2010) que ainda apresenta um mercado interno pouco desenvolvido (ENRÍQUEZ, 2009).

Essa redução da coleta da castanha-da-Amazônia também pode ser percebida no cenário nacional, pois até 1990 o Brasil produzia cerca de 50 mil toneladas e era considerado o líder no mercado mundial, com aproximadamente 80% da produção, esta que vem diminuindo (cerca

de 30 mil toneladas anuais) e a Bolívia passou à liderança com uma produção anual de cerca de 50 mil toneladas (TAVARES *et al.*, 2010).

Os entrevistados também relatam que a coleta da castanha-da-Amazônia é um trabalho pesado e o aumento da idade dificulta essa atividade, em contrapartida o número de pessoas que participam da coleta nessas famílias aumentou de 2,1 para 3 pessoas por família. A idade elevada é considerada uma desvantagem para esse tipo de trabalho, visto que reduz o potencial do indivíduo para auferir renda e converter renda em capacidade (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

No início do assentamento a castanha coletada era utilizada para consumo próprio e vendida no comércio de cereais nos municípios de Ouro Preto do Oeste e Jaru, já atualmente a venda é diretamente ao consumidor, principalmente por meio de encomendas e também pelo repasse para uma integrante do assentamento que possui uma banca na feira municipal de Jaru como pode ser visto na figura 7.



Figura 7. Venda de castanha-da-Amazônia na feira municipal de Jaru.

A figura 7 mostra uma coletora de castanha moradora do assentamento Canaã que vende seus produtos e de outros assentados na feira municipal de Jaru aos sábados e domingos. Essa mudança de comercialização da castanha, sendo hoje diretamente aos consumidores ocorreu devido ao baixo preço pago pelas cerealistas, e essa diminuição da satisfação com o preço pode ser observado no gráfico 2.

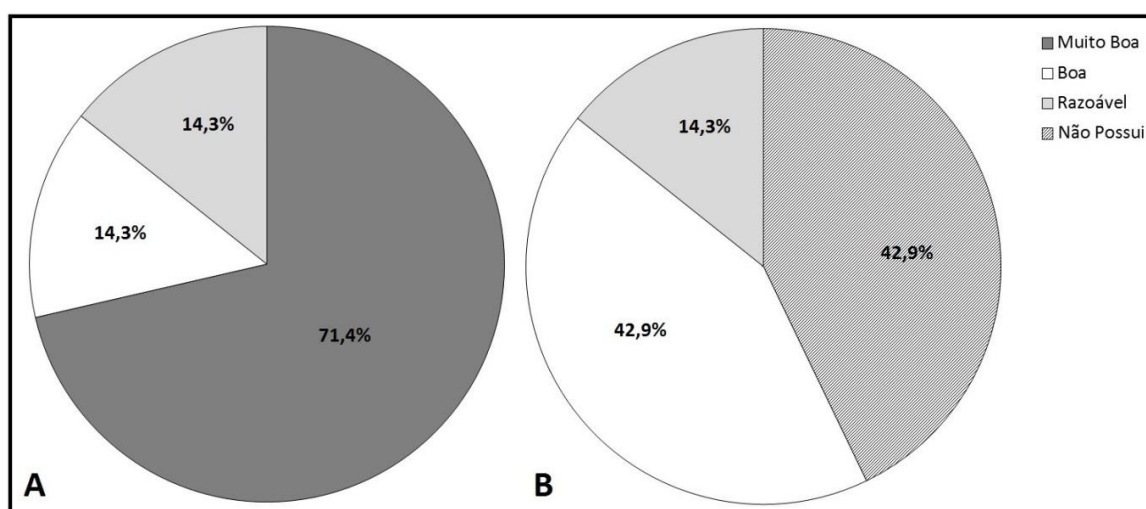


Gráfico 2. Satisfação com a renda da castanha-da-Amazônia. A - início em que foi assentado e B - em 2013.

Dos 85,7% que consideravam a renda com a castanha-da-Amazônia muito boa ou boa, apenas 42,9% continuam considerando boa, além de outros 42,9% que optaram por não mais coletar. Os entrevistados também descrevem que atualmente a participação da castanha-da-Amazônia na renda mensal auxilia nas pequenas despesas, durante os meses de Novembro a Janeiro.

A média do número de produtos usufruídos pelos assentados aumentou significativamente em relação ao período de chegada ao assentamento até o ano de 2013, como descrito no gráfico 3.

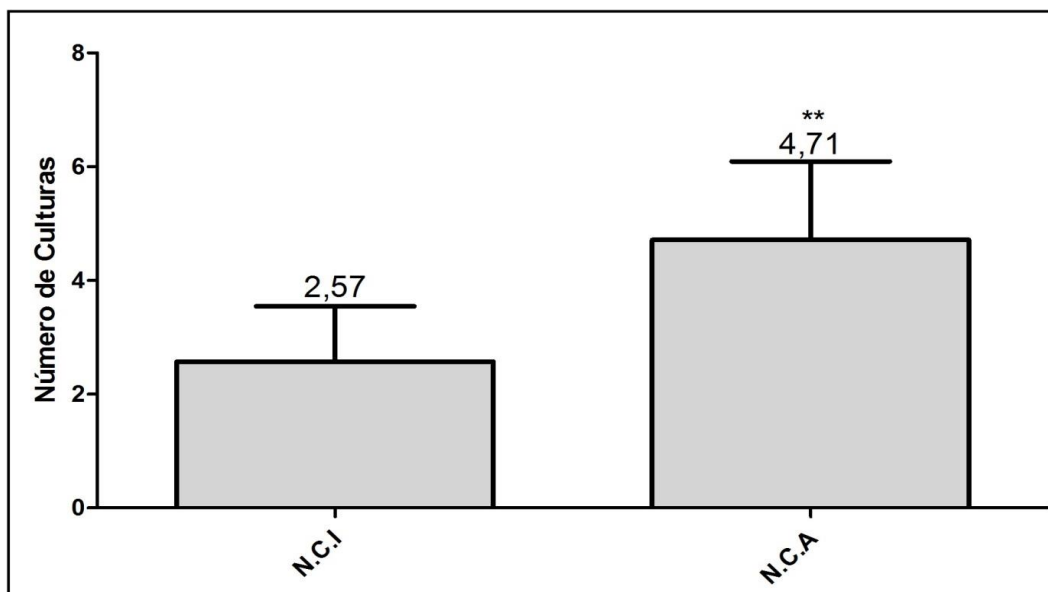


Gráfico 3. Média do número de culturas produzidas no assentamento Canaã, no ano que as famílias foram assentadas e no ano de 2013.

Teste T de Student: significativo para: * ($p < 0,05$) ** ($p < 0,01$) *** ($p < 0,001$).

Legenda: NCI = Média do número de culturas no início no ano de 2003. NCA = Média do número de culturas no ano de 2013.

Esse aumento significativo ($p < 0,01$) em relação ao número de culturas foi um dos argumentos para a diminuição das famílias coletoras da castanha-da-Amazônia, visto que essas culturas geram maior trabalho e conseqüentemente maior renda, para os assentados, como pode ser percebido na tabela 3, esse aumento no número de atividades de subsistência também é relatado com significância estatística ($p < 0,05$) em outras pesquisas, sendo considerado como principal responsável da melhoria da renda familiar (LIMA; LOPES, 2012). Os entrevistados também relatam não haver desempregados na família, porém, como todos trabalham no próprio sítio, nenhum apresenta carteira de trabalho assinada e não recebem seguro desemprego, esses também não contribuem com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e nenhum dos moradores é aposentado, esses dados estão de acordo com os do assentamento Che Guevara no município de Ocara, Ceará, onde apenas 5% dos moradores

possuem carteira assinada e isso reflete diretamente na ausência do seguro desemprego (ARAÚJO *et al.*, 2009), e o estudo de Bergamasco (1997) que descreve que a maioria dos assentados não possuem aposentadoria pela Previdência Social. Infelizmente essa realidade pode estar ocorrendo devido a falta de conhecimento dos assentados sobre a Previdência Social que oferece um tratamento especial para aposentadoria do trabalhador rural, pois essa é a única classe trabalhadora que pode receber todos os benefícios oferecidos pelo INSS mesmo sem pagar o valor de contribuição, uma vez que, quem trabalha na zona rural basta provar que trabalha como lavrador para se beneficiar dos recursos (INSS, 2014). Porém, nem sempre a teoria se aplica à prática, pois diversos trabalhadores rurais estão encontrando dificuldades de comprovação de suas atividades rurais junto ao INSS e a diferenciação entre atividade em regime de economia familiar e atividade de emprego rural que muitas vezes é controversa (PAIVA; SANTOS, 2004).

Tabela 3. Renda da família e renda per capita.

Identificação entrevistados	Ano em que foi assentado		Ano de 2013	
	Renda mensal familiar	Renda per Capita	Renda mensal familiar	Renda per capita
Entrevistado 1	Só para o sustento	Só para o sustento	1.200,00	600,00
Entrevistado 2	600,00	150,00	1.100,00	220,00
Entrevistado 3	500,00	250,00	1.200,00	600,00
Entrevistado 4	800,00	133,30	1.800,00	300,00
Entrevistado 5	Só para o sustento	Só para o sustento	2.300,00	2.300,00
Entrevistado 6	Só para o sustento	Só para o sustento	1.500,00	500,00
Entrevistado 7	Só para o sustento	Só para o sustento	1.400,00	700,00

No ano de 2013, a renda per capita do entrevistado 5 foi declarada bem acima da média dos demais entrevistados, porém, os resultados nem sempre representam a realidade, neste caso o entrevistado reside sozinho e tem idade superior a 60 anos, e uma pessoa mais velha pode necessitar de mais renda, isso implica que a pobreza real “no que se refere à privação de capacidades” pode ser mais intensa do que possa parecer no espaço da renda (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

Por isso deve-se observar o igualitarismo que é uma autêntica igualdade complexa, que tem profundas implicações no âmbito das capacidades, pois nenhuma concepção de justiça social de base equitativa pode desconsiderar o gigantesco papel das condições na existência humana, tanto no campo das possibilidades de uma pessoa alcançar uma vida livre de enfermidades, quanto da ampliação das capacidades e funcionamentos, caso goze de boa saúde (SEN, 2002). Assim, esta deve ser encarada como um dos pressupostos fundamentais para a composição de qualquer ideia de justiça, onde rendas iguais podem ainda deixar bastante desiguais nosso potencial de fazer o que podemos valorizar fazer, visto que uma pessoa incapacitada não pode realizar funcionamentos do modo que uma pessoa com o “corpo hábil” pode, ainda que ambas tenham exatamente a mesma renda (SEN, 2001). Isso leva a reorientação da universalização de recursos, mas de forma diferenciada, seguindo a “fórmula” aristotélico-seniana de justa distribuição desigual, que se mostra como melhor caminho para a maior equidade entre pessoas com diferentes condições (ARISTÓTELES, 1985; BERTI, 1998; KERSTENETZKY, 1999; LUCCHESI, 2003; RIBEIRO, 2003; SCHÜTZ, 2002; SEN, 1992; SIQUEIRA-BATISTA; SCHRAMM, 2005; DAVIS, 2011; MARIN; QUINTANA, 2012).

A renda mensal das famílias declaradas pelos entrevistados apresenta um aumento de 552,7% e a renda per capita um aumento de 978,6% como está constatado no gráfico 4, e de acordo com todos os entrevistados, a renda familiar é usufruída de maneira conjunta, e mesmo com esse aumento na renda os entrevistados se consideram como pobres, pois não levam em consideração apenas a renda salarial e sim as condições de vida, podendo a pobreza ser definida de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada (ROCHA, 2003), divergindo da teoria de Rawls (1997) e estando de acordo com a teoria de Sen (1999; 2000) que descreve que a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza, onde deve ser refletido o questionamento de Martinello (2011), por que a reforma agrária permanece como maneira viável de se combater a pobreza? Visto que pobreza não esta unicamente ligada a renda familiar ou per capita.

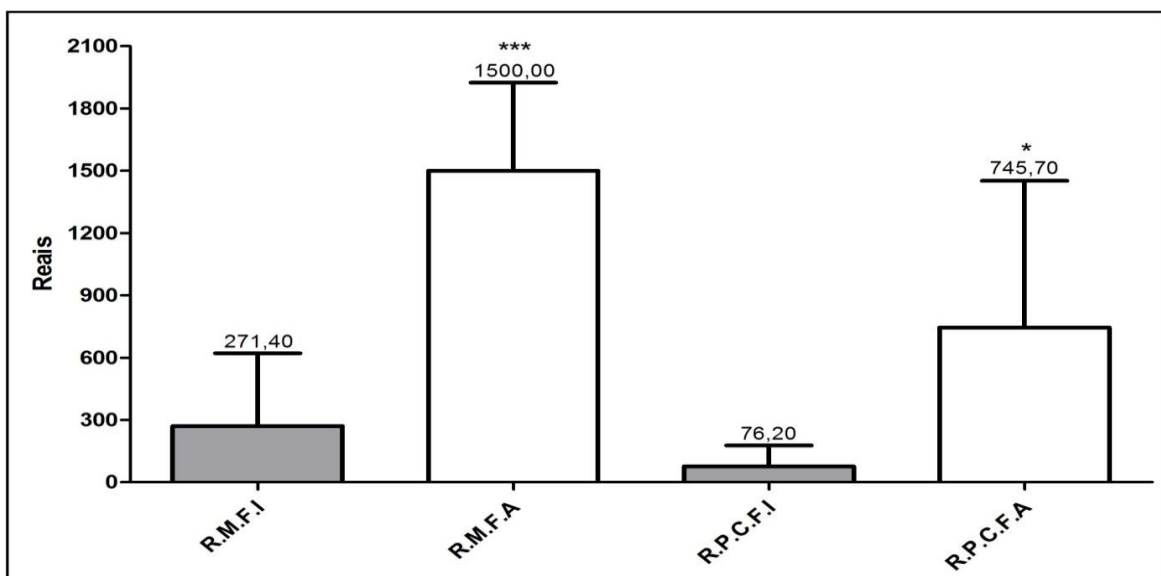


Gráfico 4. Renda mensal e renda per capita familiar.

Anova e Tukey: significativo para: * ($p < 0,05$) ** ($p < 0,01$) *** ($p < 0,001$).
 Legenda: RMFI = Renda mensal familiar no início. RMFA = Renda mensal familiar ano de 2013.
 RPCFI = Renda per capita familiar no início. RPCFA = Renda per capita familiar no ano de 2013.

A renda mensal e per capita familiar do ano de 2013 tiveram diferenças significativas em relação ao ano em que as famílias foram assentadas com respectivamente ($p < 0,001$) e ($p < 0,05$), estando também acima da renda gerada em assentamentos rurais do Rio Grande do Norte, onde apenas 9,3% recebem acima de dois salários mínimos (R\$1.448,00 reais) (LIMA; LOPES, 2012), por outro lado ficou abaixo da renda do assentamento Loroty no estado de Tocantins com uma renda familiar mensal de (R\$10.474,48 reais) e a renda per capita de (R\$2.355,44 reais), porém, nesse assentamento os moradores também desenvolvem atividades não agrícolas (VIEGAS, 2005), diferentemente das famílias entrevistadas, onde todos trabalham exclusivamente no próprio sítio.

O Brasil encontra-se entre os países em que a renda per capita é suficiente para garantir o mínimo essencial a todos os seus habitantes, no entanto, pela iniquidade na distribuição de renda, mantém-se como uma nação em que subsistem a privação e as distâncias sociais (BARROS *et al.*, 2000; ROCHA, 2003; SIQUEIRA-BATISTA; SCHRAMM, 2005).

O aumento na renda dos assentados entrevistados reflete diretamente na satisfação com a renda total das famílias, conforme pode ser observado no gráfico 5.

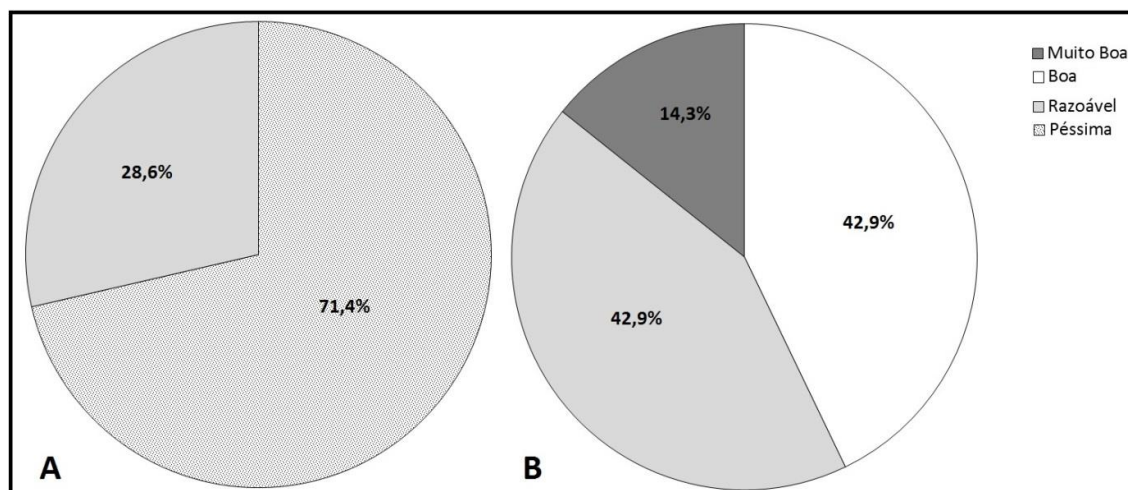


Gráfico 5. Satisfação com a renda total, A início em que foi assentado e B ano de 2013.

No início do assentamento 100% das famílias consideram a renda razoável ou péssima, enquanto no ano de 2013 são 42,9% que consideram razoável, com uma redução de 57,1%. Com a melhoria na renda os moradores começaram a poupar para investir na agricultura, represas (açude), compra de gado, melhorar o piso da casa (pois 28,6% ainda apresentam piso de terra batido nas residências), investimentos no sítio e aquisição de automóvel. Os dados estão semelhantes aos assentamentos do estado de Santa Catarina e Ceará, onde aproximadamente 45%, consideram razoável ou péssimo (ECODEBATE, 2010; GLOBO-RURAL, 2010) e abaixo do assentamento Lagoa Grande, em Dourados, Mato Grosso do Sul, onde 28,6% consideram razoável ou péssima (SANGALLI, 2013) uma das possíveis explicações para essa diferença é o tempo de existência do assentamento Lagoa Grande que existe há aproximadamente 20 anos, o dobro do assentamento Canaã.

O aumento na renda familiar influenciou diretamente o número de refeições diárias do início do assentamento até o ano de 2013 como está demonstrado no gráfico 6.

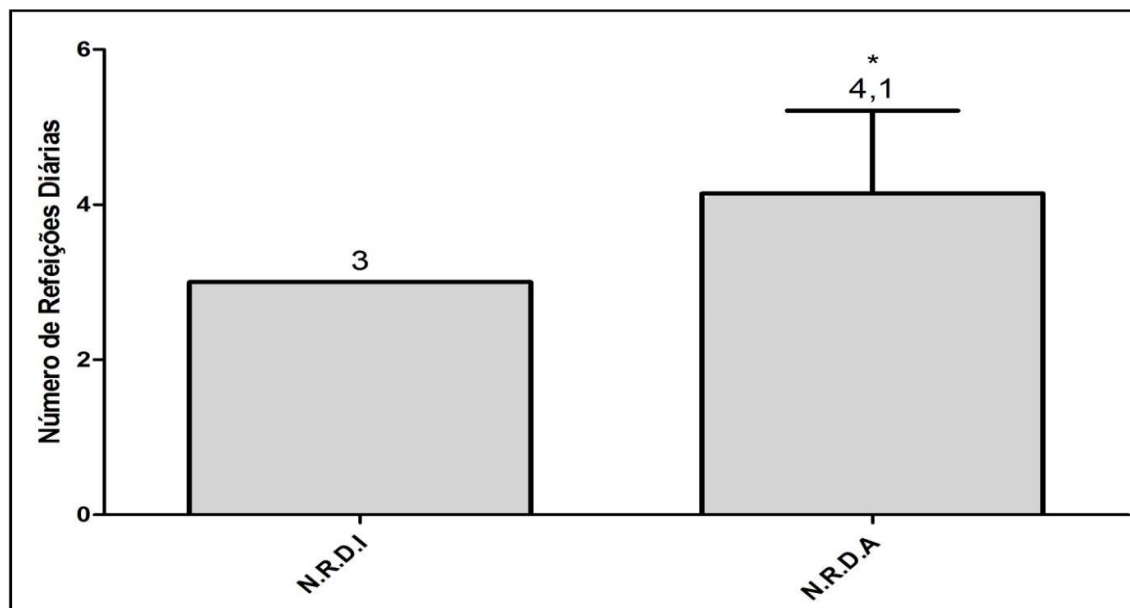


Gráfico 6. Número de refeições diárias.

Teste T de Student: significativo para: * ($p < 0,05$) ** ($p < 0,01$) *** ($p < 0,001$).
 Legenda: NRDI = Número de refeições diárias no início. NRDA = Número de refeições diárias atual 2013.

O número de refeições diárias do ano de 2013 em relação ao ano em que as famílias foram assentadas apresentou diferença significativa ($p < 0,05$), onde os entrevistados relatam que hoje possuem diversos pomares, produzem queijo e requeijão com o leite retirado no próprio sítio e também fazem pães e biscoitos, o que auxilia nos lanches entre as principais refeições principalmente para os que possuem filhos.

É interessante perceber que apesar do número de refeições diárias ter aumentado, o percentual da renda familiar investido na alimentação reduziu significativamente ($p < 0,001$) como pode ser visto na tabela 4.

A diferença poderia ser ainda maior, visto que todas as famílias no início do assentamento recebiam cesta de alimentação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e esta não vem sendo mais entregue aos assentados por opção deles mesmos, pois alegam que estragava muito alimento, se ainda estivessem recebendo a cesta o investimento com alimentação no ano de 2013 seria bem

menor. Mesmo com a redução do percentual da renda familiar investido em alimentação ainda assim está acima da média nacional, tanto para os de menor faixa de renda 32,68%, como os demais 9,04% (IBGE, 2004).

Tabela 4. Porcentagem da renda destinada a alimentação.

Identificação entrevistados	Ano em que foi assentado	Ano de 2013
Entrevistado 1	100%	50%
Entrevistado 2	100%	75%
Entrevistado 3	0%	50%
Entrevistado 4	50%	50%
Entrevistado 5	100%	25%
Entrevistado 6	100%	75%
Entrevistado 7	100%	50%
Média	79%	54% ***

Qui-quadrado: significativo para: * ($p < 0,05$) ** ($p < 0,01$) *** ($p < 0,001$).

O entrevistado 3 descreve que a cesta recebida pelo INCRA era suficiente para alimentação de sua família, essas cestas foram adquiridas com recursos do Governo Federal por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em ação integrada do programa fome zero, destinado a promover segurança alimentar e nutricional para pessoas com dificuldades de acesso a alimentos (INCRA, 2013).

É importante ressaltar que, mesmo com o aumento significativo do número de culturas, renda familiar, satisfação com a renda e menor percentual de investimento com alimentação, a jornada de trabalho do início do assentamento das famílias e em 2013 não tiveram diferenças significativas ($p > 0,05$) conforme demonstrado no gráfico 7.

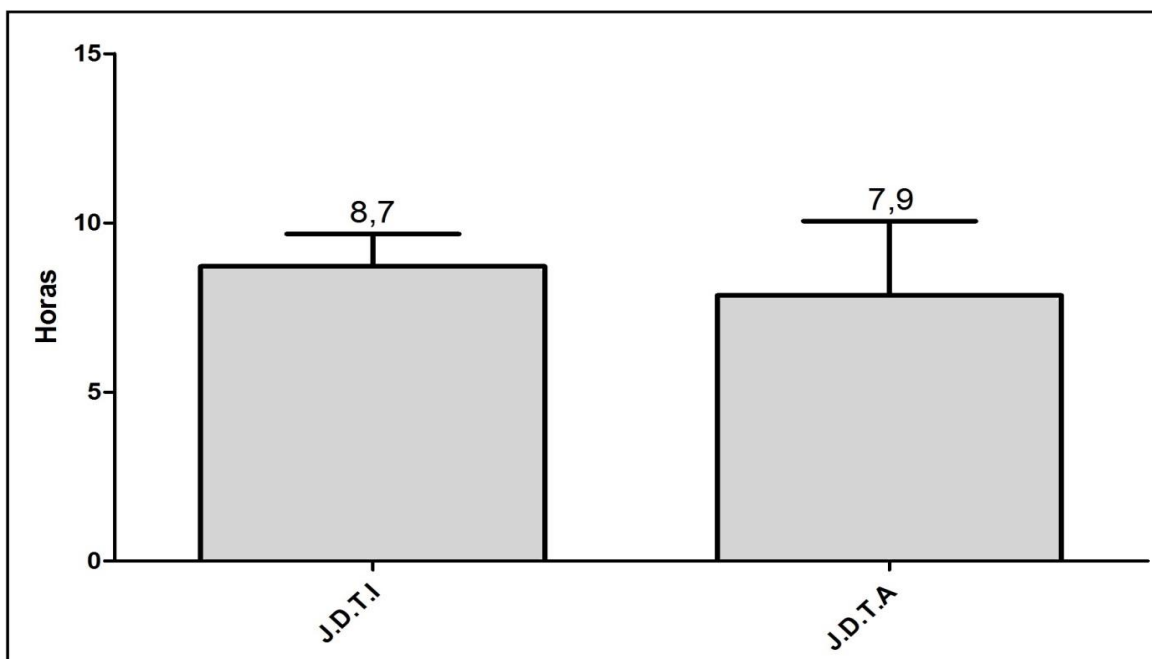


Gráfico 7. Jornada diária de trabalho.

Teste T de Student: Não significativo ($p > 0,05$).

Legenda: JDTI = Jornada de trabalho início. JDTA = Jornada de trabalho ano de 2013.

A provável explicação é que no início os esforços eram direcionados principalmente a plantação da lavoura, e atualmente para a manutenção e novos investimentos das mesmas, visto que a média de moradores por família no início do assentamento e em 2013 permanece a mesma com três pessoas.

Todas as melhorias descritas anteriormente, refletiu em relação a melhoria da satisfação em relação a forma de vida do início para o ano de 2013 como pode ser visto no gráfico 8.

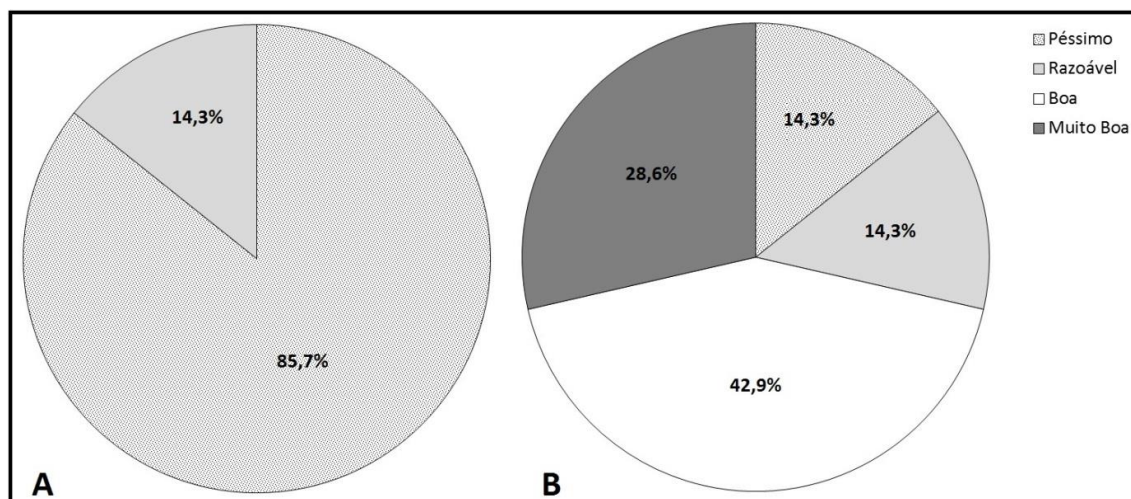


Gráfico 8. Satisfação quanto a forma de vida, A - início em que foi assentado e B - ano de 2013.

Inicialmente 100% dos entrevistados descreveram como razoável ou péssima sua forma de vida, já no ano de 2013 apenas 28,6% descrevem como razoável ou péssimo, e 71,5% relatam como bom e muito bom a maneira de como levam a vida. Na perspectiva de Sen (2000) e Candido (2001), essa melhoria na satisfação teve influência na quebra de privações, como está de posse da própria terra e dos bens adquiridos em decorrência disso. Pois o que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras (MARQUES, 2010).

Sen (1985) acredita que uma “vida boa” está ligada a escolhas genuínas, de modo que ninguém seja obrigado a viver de alguma forma específica. Assim a liberdade pode ser vista como intrinsecamente importante para uma boa estrutura social, pois uma boa sociedade também é, nesta concepção, uma sociedade de liberdade (SEN, 2001).

4.2 QUALIDADE DE VIDA E AMBIENTE DOS COLETORES DA CASTANHA-DA-AMAZÔNIA

O termo qualidade de vida é uma expressão relacionada as condições de vida de um ser humano que envolve o bem estar físico e mental, além de convívio social entre familiares e amigos em um ambiente com suas múltiplas interligações como saúde, educação, habitação e saneamento básico, não devendo este conceito ser confundido com padrão de vida este que quantifica a qualidade de bens e serviços disponíveis.

Liss (1994), apresenta um ensaio que focaliza a relação entre os conceitos de necessidade e qualidade de vida, para ele os conceitos apresentam uma relação causal, onde a satisfação das necessidades fundamentais resultem em alto grau de qualidade de vida ou um alto grau de qualidade de vida leva as necessidades satisfeitas.

As necessidades dos assentados também foram pesquisadas no presente estudo afim de conhecer sua relação com a qualidade de vida e ambiente do assentamento como descrito na tabela 5.

Mesmo com todas as melhorias relatadas, os entrevistados descrevem diversas necessidades enfrentadas no assentamento e embora existam diferenças em relação às necessidades, a média do número destas do início do assentamento e do ano de 2013 não teve diferenças significativas ($p > 0,05$), conforme estatística apresentada no gráfico 9.

Tabela 5. Principais necessidades.

Produtos	Ano em que foi assentado							Total
	Ent 1	Ent 2	Ent 3	Ent 4	Ent 5	Ent 6	Ent 7	
Moradia	1	-	1	-	1	1	1	5
Estrada	1	1	1	1	1	1	1	7
Energia	1	1	1	1	1	1	1	7
Escola	1	1	-	-	-	-	-	2
Transporte	1	1	1	1	1	1	1	7
Saneamento básico	-	1	-	-	1	-	-	2
Malária	1	-	1	1	1	1	1	6
Posto de saúde	-	-	1	-	-	-	-	1
Investimento na lavoura	1	1	1	-	-	-	-	3
Falta de apoio	1	1	1	1	1	1	1	7
Produtos	Ano de 2013							Total
	Ent 1	Ent 2	Ent 3	Ent 4	Ent 5	Ent 6	Ent 7	
Moradia	-	1	-	-	-	-	-	1
Estrada	1	1	1	1	1	1	1	7
Energia	1	1	1	1	1	1	1	7
Escola	-	-	-	1	-	-	-	1
Transporte	1	1	1	1	1	1	1	7
Saneamento básico	-	1	1	1	-	-	-	3
Malária	-	-	-	-	-	-	-	0
Posto de saúde	1	1	1	1	1	1	1	7
Investimento na lavoura	-	-	-	-	-	-	-	0
Falta de apoio	1	1	1	1	1	1	1	7

Legenda: Ent = Entrevistado

Independente de não haver significância estatística em relação a quantidade de necessidades enfrentadas, é possível observar uma melhora considerável utilizando a análise qualitativa onde pontos cruciais foram avançados, ambos que refletem diretamente na qualidade de vida e ambiente.

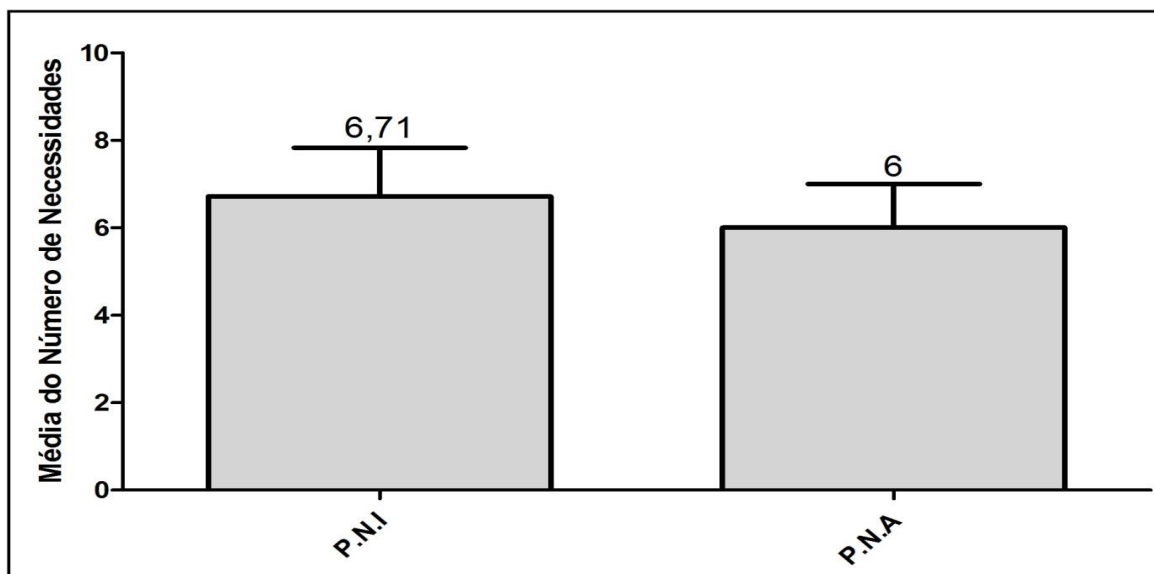


Gráfico 9. Principais necessidades enfrentadas.

Teste T de Student: Não significativo ($p > 0,05$).

Legenda: PNI = Principais necessidades no início. PNA = Principais necessidades no ano de 2013.

No início o investimento na lavoura também era uma necessidade, no ano de 2013 alguns dos entrevistados descrevem que pretendem investir ainda mais na lavoura, porém, não descrevem isso como necessidade e nem prioridade.

A moradia é uma das principais necessidades da população brasileira, não sendo diferente entre os entrevistados, no início do assentamento 57,1% moravam em barraco de lona conforme figura 8, e 42,9% em casa de madeira com telha Eternit (média de 3,1 cômodos por casa), esta última que representa 100% das residências dos entrevistados no ano de 2013 como mostra a figura 9, esse grande número de residências de madeira é provavelmente devido a disponibilidade de matéria prima, durante a formação dos lotes em virtude do desmatamento.



Figura 8. Barraco de lona: A. vista lateral, B. vista frontal.

A dificuldade no início do assentamento já é descrita por outros autores, que relatam que a fase inicial de chegada ao assentamento é bastante difícil, pois tudo na propriedade está para ser construído, inclusive o local de moradia (LEITE *et al.*, 2004).

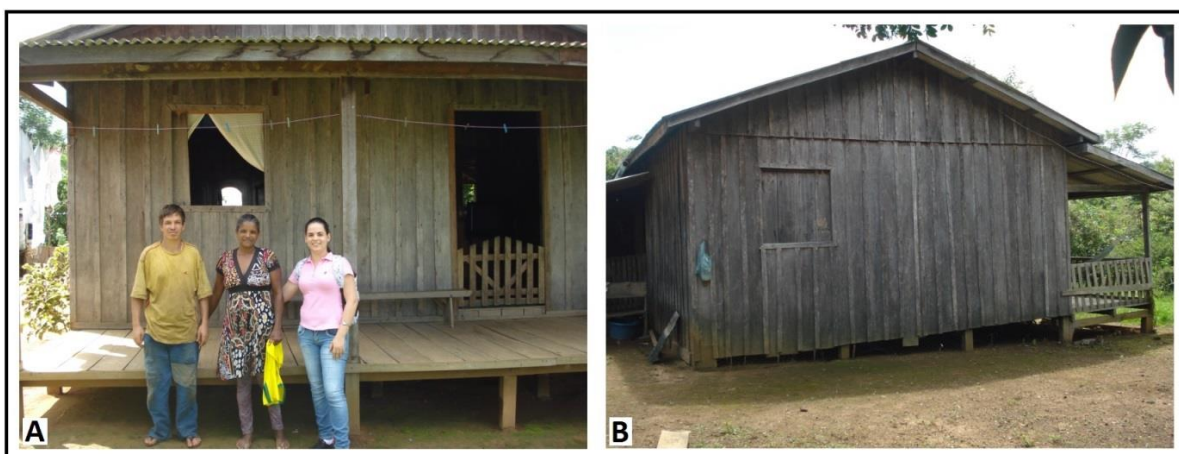


Figura 9. A e B. Casa de madeira com telha Eternit.

As condições atuais das residências do presente estudo estão abaixo das observadas nos estados de Sergipe, Bahia e Pará onde a maioria das casas possuem paredes de alvenaria, cobertura de telha cerâmica e três ou mais cômodos (SOUSA *et al.*, 2012; LEITE *et al.*, 2004). A alvenaria também é a principal matéria prima de 85% das residências em assentamentos de Rio Grande do Norte (SOUSA *et al.*,

2004). Porém, mesmo as residências estando abaixo do nível de outros assentamentos, se for analisado os padrões mínimos de moradia digna em relação a sua estrutura, tanto em relação ao material utilizado nas construções (madeira) como na média de quantidade de pessoas por cômodo - onde residências com 3 a 4 cômodos são indicadas para até 4 pessoas (BARBO; SHIMBO, 2006) - estando as moradias do assentamento Canaã dentro desse padrão, visto que apresenta uma média de 3 pessoas por residência.

O direito a uma moradia não se limita apenas ao conceito de propriedade, é tão importante quanto os direitos à vida e à saúde, pois se contempla e repercutem diretamente na esfera moral e material dos atores sociais, tratando-se de um direito fundamental, essencial a dignificação da pessoa humana não podendo dela ser desvinculado, sob pena de afrontar o mínimo essencial a uma vida digna (RANGEL; SILVA, 2009).

Todas as casas no início não tinham energia elétrica nem aparelhos de eletrodomésticos e/ou eletrônicos, no ano de 2013, 71,4% das residências possuem energia, sendo gerada por motor a diesel e placa solar apenas poucas horas por dia, somente um morador não possui eletrodoméstico e/ou equipamentos eletrônicos, o restante tem uma média de 3,7 equipamentos por residência entre eles, rádio, celular, geladeira, televisão, liquidificador, fogão, máquina de lavar, ventilador, antena parabólica, aparelho de DVD e antena por assinatura, demonstrando o avanço que ocorreu a partir dos esforços e produção dos assentados. Porém, mesmo com essas melhorias é unanime a necessidade da rede elétrica no assentamento, visto que a energia produzida pelos moradores é limitada e insuficiente para todas

as necessidades descrita por eles, sendo esta uma reivindicação social em busca de uma melhor qualidade de vida.

De acordo com Sen (2010) a convivência em uma comunidade pode induzir demandas por equipamentos modernos como televisores, máquina de lavar, rádio entre outros, e em um país onde essas comodidades são quase universais, a privação desses recursos, principalmente os de necessidades domésticas, vão em sentido contrário a liberdade substantiva, mesmo que isso impõe exigências severas a uma pessoa relativamente pobre.

A questão da energia elétrica ainda é um problema observado em regiões pouco exploradas e desenvolvidas como é o caso da região Amazônica, porém, isso não é exclusividade da região Norte, problemas semelhantes são observados em três assentamentos instalados no Sul de Minas Gerais, onde cerca de 40 famílias vivem sem eletricidade (CBNFOZ, 2014) e Santa Catarina e Ceará, onde 56,14% das famílias não possuem energia elétrica de forma ininterrupta (ECODEBATE, 2010; GLOBO-RURAL, 2010), condições bem diferentes são observadas em assentamentos do Rio Grande do Norte e Sergipe onde respectivamente 2,5% e 1,27% das famílias não possuem energia elétrica (SOUSA *et al.*, 2004; SOUSA *et al.*, 2012).

Outra necessidade evidenciada pelos entrevistados é o acesso a educação, e essa dificuldade vem de encontro com o nível de escolaridade dos familiares como descrito no quadro 3.

Quadro 3. Escolaridade dos membros da família.

Identificação entrevistados	Ano em que foi assentado				
	Esposa(o)	Filho1	Filho2	Filho3	Filho4
Entrevistado 1	E.F.I	E.F.I	E.F.I	-	-
Entrevistado 2	E.F.I	E.M.I	E.M.I	-	-
Entrevistado 3	E.T	-	-	-	-
Entrevistado 4	E.F.I	E.F.I	E.F.I	E.F.I	E.F.I
Entrevistado 5	-	-	-	-	-
Entrevistado 6	E.F.I	E.F.I	-	-	-
Entrevistado 7	-	-	-	-	-
Identificação entrevistados	Ano de 2013				
	Esposa(o)	Filho1	Filho2	Filho3	Filho4
Entrevistado 1	E.F.I	-	-	-	-
Entrevistado 2	E.F.I	E.M	E.F.I.#	E.F.I.#	-
Entrevistado 3	E.T	-	-	-	-
Entrevistado 4	E.F.I	E.F.I	E.F.I	E.F.I	E.F.I
Entrevistado 5	-	-	-	-	-
Entrevistado 6	E.F.I	E.F	-	-	-
Entrevistado 7	E.F.I	-	-	-	-

Legenda: EFI = Ensino fundamental incompleto. EF = Ensino fundamental completo. EMI = Ensino médio incompleto. EM = Ensino médio completo. ET = Ensino técnico completo.

*Crianças sem idade escolar.

O maior problema relatado em relação à educação é a falta de transporte público no período noturno para as escolas, o que dificulta os estudos, visto que os mesmos tem que cuidar da lavoura durante o dia, a falta de transporte também é o motivo descrito para o pequeno número de assentados cursando nível superior em Dourados, Mato Grosso do Sul (SANGALLI, 2013).

Essa pouca escolaridade dos assentados dificulta o desenvolvimento da proposta do Macromarketing Expandido, pois de acordo com Sen (2010) uma expansão da educação em uma região pode favorecer a mudança social e redução da mortalidade, além de ajudar no progresso econômico que beneficia também outras pessoas, ampliando os horizontes em um nível material ajudando a difundir os conhecimentos sobre planejamento familiar, onde mulheres instruídas tendem a gozar de mais liberdade para exercer sua condição de agente nas decisões familiares, inclusive nas questões relacionadas à fecundidade e à gestação de filhos. Galvão *et al.* (2007) também relata

que mulheres com menor escolaridade tem uma menor qualidade de vida e uma maior prevalência de transtornos mentais leves.

Em outras regiões do país, como Sul e Sudeste, assentados tendem a ter escolaridade e rendas ligeiramente mais altas, enquanto Norte e Nordeste, além de deficitárias em educação e renda, mostram-se com menor acesso à infraestrutura, saúde e créditos (BERGAMASCO, 1997), esse padrão também está ressaltado no Assentamento Loroty no estado de Tocantins, onde 80% dos assentados não concluíram o Ensino Fundamental (VIEGAS, 2005) e em assentamentos rurais do Rio Grande do Norte apenas 15,2% concluíram o Ensino Fundamental (LIMA; LOPES, 2012).

Outras duas necessidades que são relatadas sem divergências pelos moradores, tanto no início, como no ano de 2013 é a falta de transporte e as péssimas condições das estradas como pode ser notado na figura 10.

As péssimas condições das estradas não é exclusividade do assentamento Canaã, em diversos estados de todas as regiões brasileiras como o Norte em Roraima (FOLHABV, 2010), Pará (HAGE; ALMEIDA, 2011); no Nordeste em Alagoas (CAVALCANTI; BARROS, 2006) e Pernambuco (SILVA *et al.*, 2011); no Centro-Oeste no Mato Grosso (G1, 2013; RNATV, 2014) e em Mato Grosso do Sul (SANGALLI, 2013; SANGALLI; SCHLINDWEIN, 2013); Sudeste no Espírito Santo (WORDPRESS, 2014) e no Rio de Janeiro (GANDRA, 2012); no Sul em Santa Catarina (INCRA, 2014) e Rio Grande do Sul (ROSA, 2014; MPRS, 2014), sendo essa dificuldade apontada como um dos principais motivos da evasão de aproximadamente 30% dos assentados (GONDIM, 1998).



Figura 10. Situação atual das estradas.

Os problemas das estradas do assentamento Canaã já chegou a ter destaque na mídia, onde foi realizada uma reunião com autoridades políticas do município de Ariquemes, e nessa reunião os moradores descreveram que “Nossos filhos sofrem com as péssimas condições dos ônibus e a estrada ruim, os motoristas que trabalham na linha são verdadeiros heróis” e “Não queremos mais que nossos filhos sejam penalizados” (ALENCAR, 2010), nessa mesma oportunidade foram realizadas diversas promessas que até o dia da entrevista não foram realizadas. No ano de 2013 foi lançado a cartilha de políticas públicas para agricultura família onde o governo federal promete melhorar a

infraestrutura dos assentamentos do INCRA, em parceria com as prefeituras que ficaram responsáveis para promover a melhoria das estradas vicinais (MDA, 2013), esses que também não foram observados na presente pesquisa.

No início do assentamento Canaã o transporte era feito apenas por ônibus e bicicleta, e alguns moradores relatam que tinham que andar até 15 Km para ter acesso ao ônibus, atualmente os meios de transportes dos moradores aumentaram, tendo apenas 28,6% dos entrevistados utilizando apenas ônibus, e todos os demais possuem motocicleta ou automóvel, o que de acordo com os moradores não tem muita diferença devido as péssimas condições das estradas.

Atualmente os moradores também não possuem atendimento no posto de saúde do assentamento, apenas a visita quinzenal do agente de saúde da Superintendência de Campanhas da Saúde Pública (SUCAM) da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) para a profilaxia da malária, que no início era um grande problema no assentamento, sendo relatado por todos os entrevistados residentes no local há mais de 4 anos.

Inicialmente os moradores tinham um posto de saúde que hoje está abandonado como apresentado na figura 11, porém, mesmo na época em que o posto estava funcionando, os moradores relatam que a responsável pelo atendimento era uma moradora do próprio assentamento e que não possuía nenhuma formação para realizar os procedimentos.

Atualmente 100% das famílias entrevistadas relatam que quando uma pessoa necessita de atendimento em saúde, eles procuram a rede pública do município de Jarú, que fica a 50 km de distância, e após a redução dos casos de malária, o principal responsável das

enfermidades são as viroses, que também não estão ocorrendo com tanta frequência.



Figura 11. Posto de saúde.

Mesmo com a redução, a malária ainda é uma enfermidade que preocupa os moradores, devido os efeitos debilitantes, sendo essa enfermidade a que mais prejudica o homem da região Amazônica, reduzindo seus esforços, sua capacidade produtiva, com isso prejudicando sua condição de vida, e o desenvolvimento socioeconômico da região (RENAULT *et al.*, 2007), tendo também uma relação direta com a pobreza (WAGSTAFF, 2002). As possíveis causas da redução da malária no assentamento Canaã podem ser observadas na figura 12.

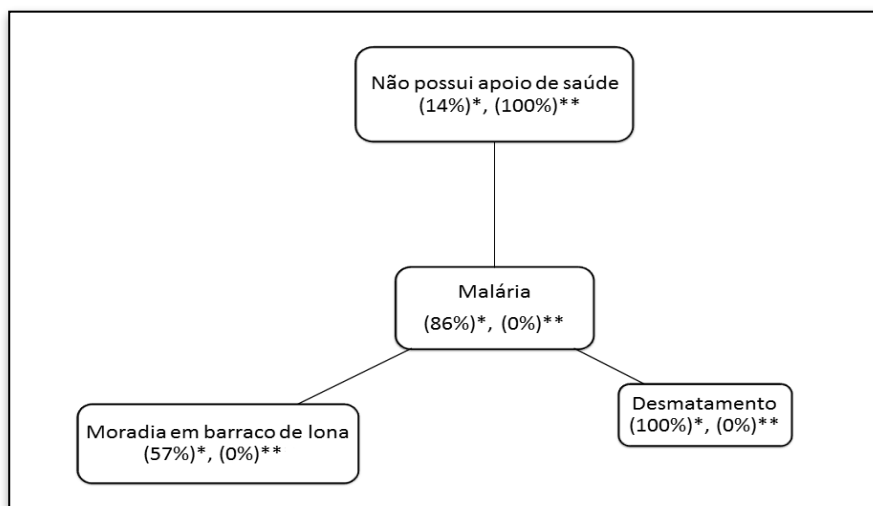


Figura 12. Possíveis causas para a redução da malária.

* Início do assentamento. ** Ano de 2013

Conforme se pode observar, dois pontos foram fundamentais para a diminuição nos casos de malária: 1º a melhoria na moradia, pois atualmente nenhuma das famílias entrevistadas moram em barracos de lona, trazendo uma maior proteção contra os vetores; 2º atualmente não ocorre desmatamento nas propriedades dos entrevistados, pois o desmatamento é um dos principais fatores que influenciam no aumento do número de casos da malária, devido proporcionar um ambiente com água parada o que propicia a proliferação dos vetores (FERREIRA *et al.*, 2012).

Mesmo com o percentual de reclamações sobre o apoio na saúde ter aumentado, os moradores continuaram recebendo o acompanhamento dos agentes da SUCAM, e isso vem de encontro com as ações do Plano de Intensificação de Controle da Malária na Amazônia Legal (PIACM) e do Programa Nacional de Prevenção e Controle da Malária (PNCM) possibilitando o relativo controle da doença (LADISLAU *et al.*, 2006; BRASIL, 2003). Essa iniciativa foi importante para o desenvolvimento dos assentamentos rurais da região amazônica, visto que a malária tem uma influência direta nas condições

físicas dos trabalhadores atrapalhando a realização de práticas cotidianas, e isso durante um período a médio prazo influencia diretamente na renda familiar e conseqüentemente na qualidade de vida (SAAVEDRA, 2013).

Sen (2010) destaca que o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas e às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de obter uma nutrição satisfatória, remédios para doenças tratáveis, oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico, aspectos esses que são observados no presente estudo.

Um ponto positivo para a saúde dos entrevistados é que todos relataram não fazer uso de drogas ilícitas e nem de tabaco, e apenas um relatou fazer uso de bebida alcoólica de maneira social. Essa não utilização de drogas vem de encontro com a qualidade de vida e relações sociais, onde Beck e David (2007) relatam que o Ministério da Saúde destaca quatro fatores principais que reforçam a exclusão social dos usuários: 1) associação do uso de álcool e outras drogas levam a delinquência: sendo que em assentamentos do Brasil a utilização de drogas tem levado os usuários a praticarem roubos; 2) os estigmas atribuídos aos usuários, promovendo a sua segregação social: esta que é um mecanismo de defesa entre os assentados que perdem a confiança nos usuários; 3) inclusão do tráfico como alternativa de trabalho e geração de renda para as populações mais empobrecidas: a situação nos assentamentos principalmente no início não são das melhores, sendo assim pessoas que tem contato com drogas podem ser influenciados pela possibilidade de ganho fácil de dinheiro por meio

do tráfico, isso já foi observado nos assentamentos Promissão em São Paulo e Maísa em Rio Grande do Norte (G1, 2014; OCAMERA, 2014); 4) a ilicitude do uso impede a participação social de forma organizada: os usuários também acabam sendo excluídos de decisões coletivas do assentamento.

Outra necessidade fundamental para o desenvolvimento e qualidade de vida é o saneamento básico que tem como objetivo proporcionar uma situação de higiene saudável para os habitantes, por meio de atividades relacionadas com o abastecimento de água potável ou manejo de água pluviais, coleta e transporte de esgoto, manejo de resíduos sólidos e controle de pragas que podem levar a população a uma determinada enfermidade (CESAMA, 2014). A situação do saneamento básico relatado pelos entrevistados do assentamento Canaã pode ser visto na figura 13.

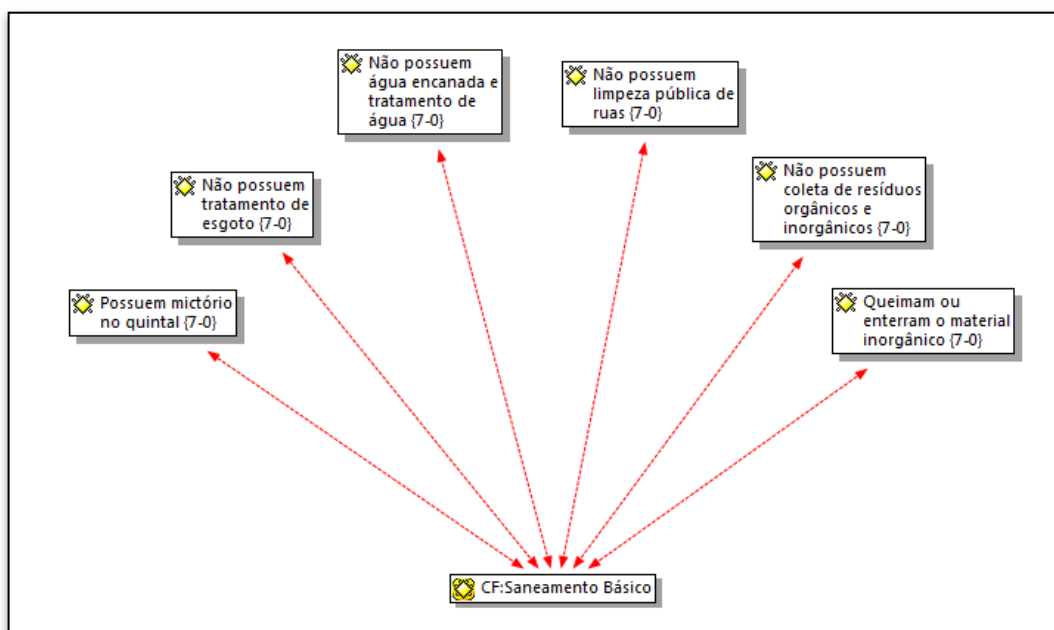


Figura 13. Situação do saneamento básico do assentamento Canaã.

Foi possível constatar que 100% dos entrevistados tanto para o início do assentamento como para o ano de 2013, não tiveram uma melhoria na qualidade de vida onde todos os moradores não possuem saneamento básico, com ausência de água encanada e tratada, sendo consumida água de poços, a questão é que todas as famílias utilizam mictório esses que podem estar influenciando a qualidade da água consumida pelos moradores, isso que já foi observado em estudo realizado por Zan *et al.* (2012) onde foram encontrados coliformes fecais e totais acima dos padrões de potabilidade recomendado na portaria 518/04 do Ministério da Saúde para o consumo humano.

Nenhum tipo de água tratada também é relatado pela maioria dos moradores (54,4%) nos diferentes assentamentos de Rio Grande do Norte (LIMA; LOPES, 2012). Um dos pontos com significância estatística ($p < 0,05$) descrito para esse problema e também para a ausência de coleta e destinação de resíduos orgânicos e inorgânicos é a distância do assentamento em relação ao centro urbano, o que diminui as chances de coleta de lixo, porém, esse não é um problema exclusivo dos assentamentos, visto que muitas vezes, a ausência de coleta regular inexistente mesmo nos centros urbanos, e esse tratamento inadequado dado aos resíduos faz com que haja proliferação de vetores e aumente os índices de doenças no meio rural, onde o acesso à saúde é limitado (TEIXEIRA, HELLER, 2005; LIMA; LOPES, 2012), sendo esse um problema nacional visto que a ausência de tratamento adequado de resíduos domiciliares e desmatamento são problemas observados em assentamentos de todas as regiões do país (NUNESMAIA, 2002).

A ausência de infraestrutura básica como estradas em boas condições, transporte e água tratada, emerge como uma preocupação

importante, assim como a falta de energia elétrica que é cada vez mais indispensável. Para Kilbourne (2004) a infraestruturas de transporte, educação, energia, é propício para múltiplas atividades e deve estar disponível para que ocorra o bom desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida.

As doenças também são temidas, pois além dos riscos ocasionado pela mesma, ainda impossibilitam os trabalhadores de buscarem seu sustento na lavoura, principalmente se tratando de doenças tropicais como malária e dengue, e a associação entre essas enfermidades e a pobreza reflete uma relação de causalidade bidirecional, visto que as enfermidades podem ter um considerável efeito nos rendimentos familiares, mas a pobreza e os baixos rendimentos também são causa de moléstia, então a pobreza engendra doença e esta mantém a pobreza (WAGSTAFF, 2002), estando de acordo com a teoria de Kilbourne (2008), na qual para constituir a qualidade de vida é indispensável os cuidados com a saúde.

O bem estar dos entrevistados pode ser agrupado em cinco dimensões: bem estar material, bem estar físico, segurança protetora, liberdade de escolha e boas relações sociais, esses que podem ser sintetizados em qualidade de vida, ambiente e liberdade substantiva que são as dimensões do modelo de Macromarketing Expandido descrito por Kilbourne (2004). Nesse mesmo sentido Crespo e Gurovitz (2002), descrevem uma correlação entre pobreza, qualidade de vida, liberdade substantiva e ambiente, trazendo a seguintes definições:

“Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade” Crespo e Gurovitz (2002).

Nesta correlação pode-se concluir que a pobreza não está relacionada a ausência unicamente de recursos financeiro e sim a múltiplos padrões sociais que podem privar as pessoas de suas necessidades fundamentais, essas que são indispensáveis para uma vida digna.

4.3 LIBERDADE SUBSTANTIVA

O desenvolvimento com liberdade substantiva requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade como pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas, destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressivos (SEN, 2010). Várias dessas interfaces são observadas no presente estudo onde os moradores, se consideram pobres, e ressaltam a negligência dos serviços públicos, tanto na área de saúde, saneamento básico, condições das estradas e carência de oportunidades de participarem de capacitações.

Todos os entrevistados descrevem a falta de apoio no início do assentamento até os dias atuais, recebendo apenas as cestas alimentação do INCRA e um treinamento sobre cultivo de cacau oferecido pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). Conforme Sen (2000) essa falta de apoio influencia diretamente na capacidade individual que é o conjunto de possibilidades reais de escolha que possuem os indivíduos. Essas capacidades se referem à liberdade efetiva que um indivíduo tem de escolher diferentes tipos de vida, entre as alternativas possíveis,

tornando factível a opção por realizar distintos grupos de funcionamentos, tendo a liberdade para levar um tipo de vida ou outro (SEN, 2001), devendo ser garantidas por meio de políticas públicas para oferecer elementos que possibilitem os indivíduos a ampliarem seu conjunto de possibilidades reais (SILVA, 2011).

A liberdade é garantida pelos direitos políticos e civis, onde os direitos políticos é assegurado a participação dos cidadãos no governo ou na escolha dos governantes da sociedade, já nos civis são assegurados o seu direito a liberdade individual perante as leis, onde a violação da liberdade resulta diretamente em uma negação dos direitos por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade (SEN, 2010). Os entrevistados foram questionados sobre os seus direitos políticos e civis de acordo com a figura 14 durante o período em que moram no assentamento.

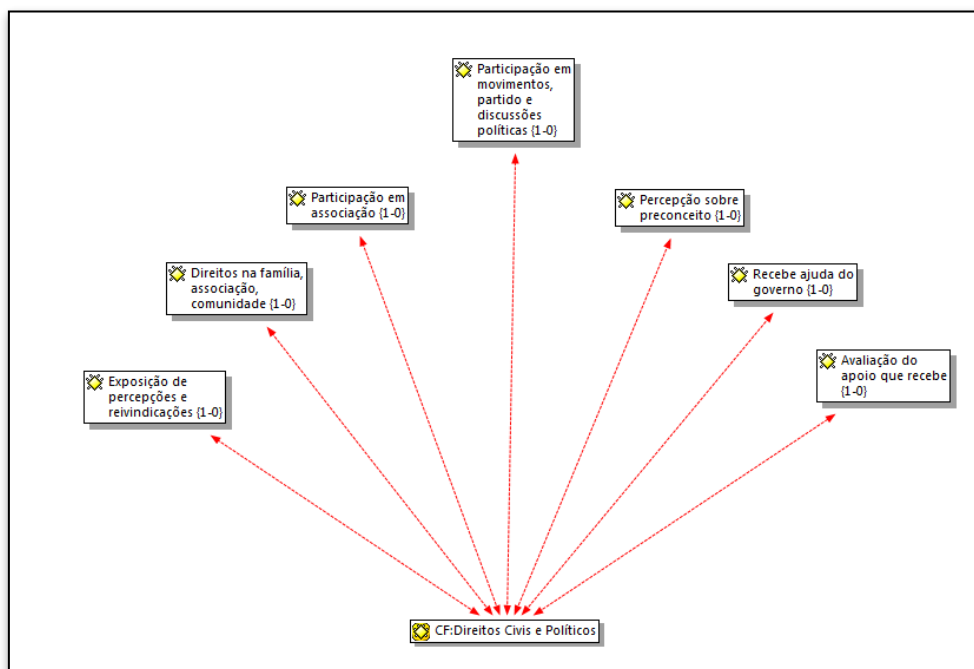


Figura 14. Direitos políticos e civis.

Para Kilbourne (2008) a participação nas escolhas é essencial para o desenvolvimento e manutenção dos princípios democráticos e dos direitos civis, e estes direitos são vistos como concomitante ao processo de desenvolvimento e não um simples resultado. Tais processos como a participação nas decisões políticas e escolha social não pode ser visto como ser o melhor entre os meios para o desenvolvimento, mas tem de ser entendido como partes constitutivas das extremidades do desenvolvimento.

Outro fator relatado foi a falta de apoio que fez com que os assentados se tornassem bem unidos, tendo 100% dos entrevistados relatado como boa a satisfação com as relações pessoais no início em que foram assentados, porém, com o passar dos anos, alguns relatam as relações pessoais como razoável, mas, ainda a grande maioria define como boa conforme o gráfico 10.

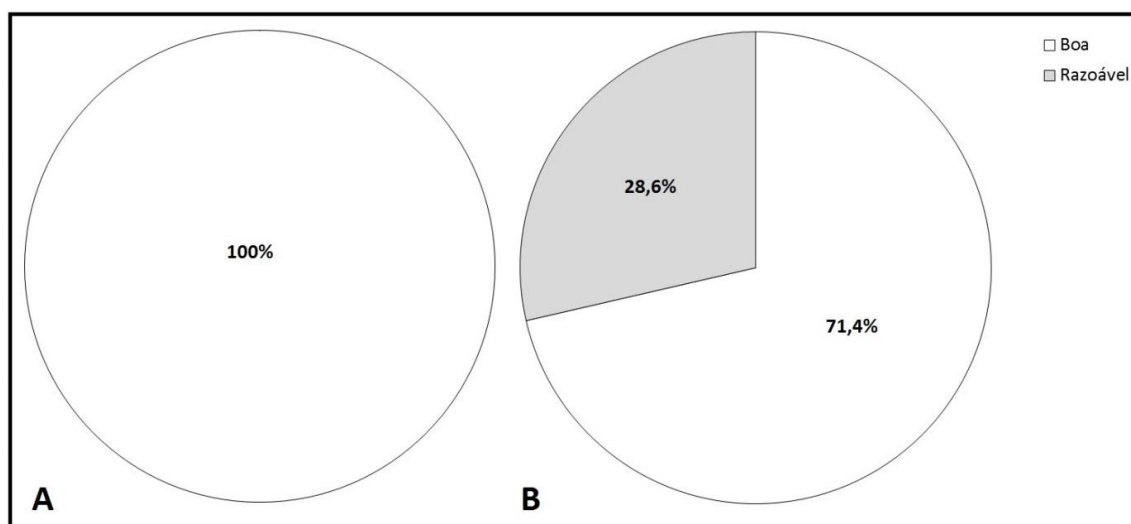


Gráfico 10. Satisfação com as relações pessoais, A- início em que foi assentado e B - ano 2013.

Os moradores também enfatizam que quando há necessidade de união entre os vizinhos, todos comparecem, principalmente quando envolve interesses comuns, como em caso de ameaça de despejo.

Essa diminuição na satisfação com as relações pessoais pode ter ocorrido pelo fato de que cada pessoa possui algumas noções sobre o comportamento e a reação de outras pessoas, o que é bom para um nem sempre é bom para outro, mesmo que essas pessoas tenham certas habilidades para lidar com as diferenças, essas noções são empíricas e muitas vezes, baseadas em apenas “achismo” e nem sempre é um bom caminho para o desenvolvimento social, visto ainda a possibilidade de ocorrência de interação socioemocional que podem influenciar ainda mais essa relação.

A união das pessoas traz um ganho coletivo principalmente quando as liberdades individuais permitirem o surgimento da “liberdade da condição do agente” (SEN, 2008), que é considerado um estágio avançado da economia do bem estar, dando condições para que as pessoas transcendam suas necessidades individuais chegando ao grau de interação social em prol de valores coletivos (MARTINEZ, 2011).

Os entrevistados também foram questionados sobre igualdade socioeconômica de acordo com a figura 15 durante o período em que moram no assentamento.

O bom relacionamento entre os entrevistados também é percebido nas festividades da comunidade realizadas nas igrejas, onde 57,1% são católicos, 28,6% evangélicos conforme figura 16, e 14,7% ateus, apesar disso, todos colaboram e participam das festividades em ambas as igrejas, demonstrando não haver preconceito religioso, o mesmo comportamento também é notado em relação a cor, raça, gênero e trabalho. A não ocorrência de preconceito é um ponto positivo para a liberdade substantiva, pois esse comportamento gera exclusão

dos afetados no convívio social e conseqüentemente compromete seus direitos como cidadão.

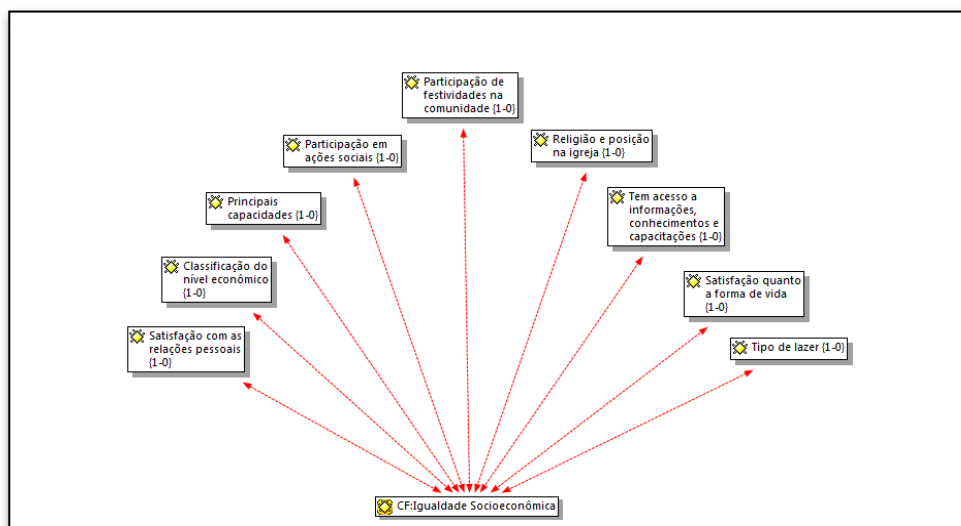


Figura 15. Igualdade socioeconômica.



Figura 16. Igrejas do assentamento, A Católica e B Assembleia de Deus.

Além da participação nas festividades das igrejas, os entrevistados também pontuam como atividade de lazer jogar futebol com os amigos, pescaria, banho de rio, receber visita de amigos e familiares aos finais de semana.

Em relação a participação dos moradores em partidos e discussões políticas, 57,1% relatam não participarem por não acreditarem mais em promessas, 28,6% descrevem que participam de campanhas políticas e de reuniões referentes aos conflitos no assentamento e 14,3% somente no que se refere a assuntos do assentamento. Essa participação parcial em escolhas sociais e de tomada de decisões públicas está de acordo com a liberdade substantiva, pois o sistema político democrático, pode, por si só, fortalecer demais tipos de liberdades (SEN, 2010; MARQUES, 2010), porém, como mais da metade dos entrevistados não participa e os demais relatam que os acordos e promessas realizados pela lideranças políticas não são realizados, entende-se que a liberdade substantiva também não é atingida nesse contexto.

A exclusão em tomadas de decisões é considerada um conceito prospectivo, que agrupa quesitos como acúmulo de desvantagens, afrouxamento dos vínculos sociais e perda do lugar ocupado em uma sociedade democrática (PAUGAM, 1999), este que fere os direitos políticos e civis dos cidadãos afetando principalmente a sua liberdade. Ter mais liberdade potencializa as pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o processo de desenvolvimento, essas liberdades tendem a contribuir para a capacidade das pessoas de viver mais livremente e sua expansão é um dos principais meios do desenvolvimento proposto pelo modelo de Macromarketing Expandido.

4.4 CONFIGURANDO A PRÁXIS DO MACROMARKETING EXPANDIDO

Seguindo o modelo de Macromarketing Expandido proposto na metodologia, foi realizada uma comparação entre as variáveis das dimensões qualidade de vida, ambiente e liberdade substantiva do ano em que as famílias foram assentadas com o ano de 2013 como pode ser observado na figura 17.

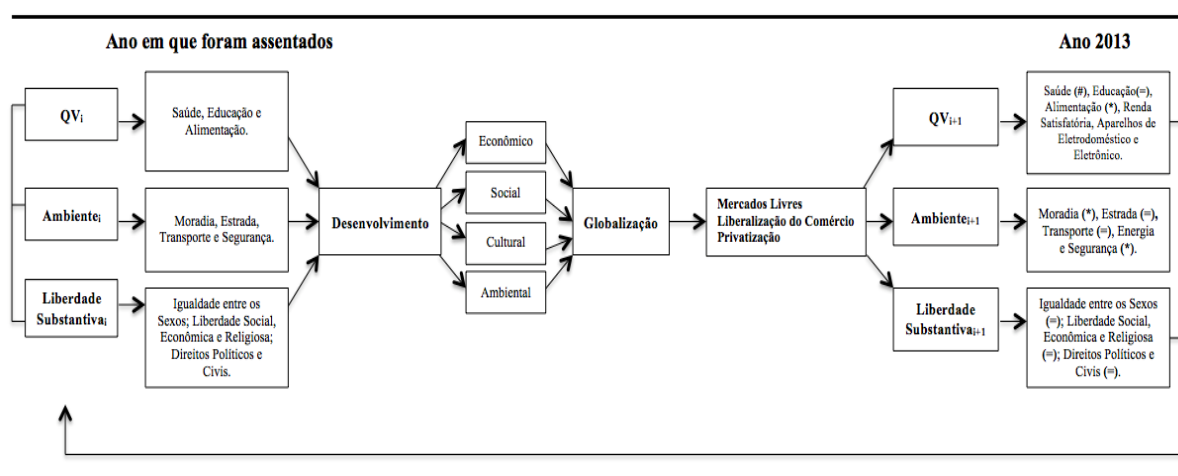


Figura 17. Análise dos dados coletados a partir do modelo Macromarketing Expandido.

Legenda: (*) Melhorou. (#) Piorou. (=) Continua igual.

É possível observar uma evolução nas variáveis alimentação, moradia e segurança durante o período analisado, surgindo também as variáveis renda satisfatória, energia, aparelhos de eletrodomésticos e eletrônicos que estavam ausente no início do assentamento, mostrando que houve uma melhora na qualidade de vida e ambiente. Pode-se inferir que essa melhora foi possível provavelmente devido a melhora na renda familiar e per capita o que propiciou aos entrevistados esse progresso, o mesmo que não foi observado para as variáveis educação, estradas, transporte, igualdade entre os sexos, liberdade social, econômica e religiosa, direitos políticos e civis permaneceram estagnadas.

A estagnação de igualdade entre os sexos, liberdade social, econômica e religiosa, direitos políticos e civis foi relatada como estável provavelmente por serem consideradas boas desde o início do assentamento, e como permanecem da mesma maneira não podem ser vistas como um ponto negativo, entretanto, as variáveis educação, estradas, transporte permanecem como péssimas e não evoluíram nas dimensões do modelo analisado. Ao correlacionar essas três últimas variáveis foi possível observar uma codependência, onde sem estradas não ocorre o transporte e sem este não ocorre a educação, em decorrência da distância da rede pública de educação em relação ao assentamento.

Outro ponto negativo é que tanto no início como no ano de 2013 foi observado a ausência de saneamento básico, água de boa qualidade e cultura, além da diminuição da qualidade de serviços de saúde, esses que são fundamentais para uma vida digna, não havendo evolução dessas variáveis nas dimensões qualidade de vida, ambiente e liberdade substantiva. É importante ressaltar que mesmo não tendo atingido os padrões estabelecidos do modelo de Macromarketing Expandido houve uma evolução mesmo que limitada no assentamento Canaã, visto que a situação no início era ainda pior.

De acordo com Kilbourne (2004), as liberdades substantivas desempenham um papel crucial para a evolução dos mercados, e da evolução dos mercados aumenta ainda mais liberdades substantivas, pois os elementos constitutivos das liberdades substantivas são consideradas a essência do desenvolvimento, em vez de apenas um resultado disso. Porém, não quer dizer que a QV ou liberdades substantivas devem ser totalmente evoluído desde o início do processo de desenvolvimento, visto que nem em economias desenvolvidas isso

ocorre. Além disso, a infraestruturas de transporte, educação, energia, e assim por diante devem estar sempre disponíveis, pois praticamente todos estes faltam em graus variados dentro do mundo em desenvolvimento.

Portanto, para considerar que houve desenvolvimento em uma comunidade com base no modelo de Macromarketing Expandido, devem ser consideradas as condições iniciais (qualidade de vida, ambiente e liberdade substantiva) juntamente com o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental, assim é mais provável a evolução do processo de globalização, de desenvolvimento de mercados e de progresso econômico. Processo esse que é desenvolvido de maneira longitudinal, não há um consenso em relação ao tempo mínimo para que ele ocorra, podendo existir diferenças neste tempo devido as peculiaridades regionais.

Entretanto, como no assentamento Canaã, não foi observada a ocorrência das dimensões globalização e mercados, propõe-se uma adaptação do modelo Macromarketing Expandido (figura 18) para uma melhor visualização dos resultados.

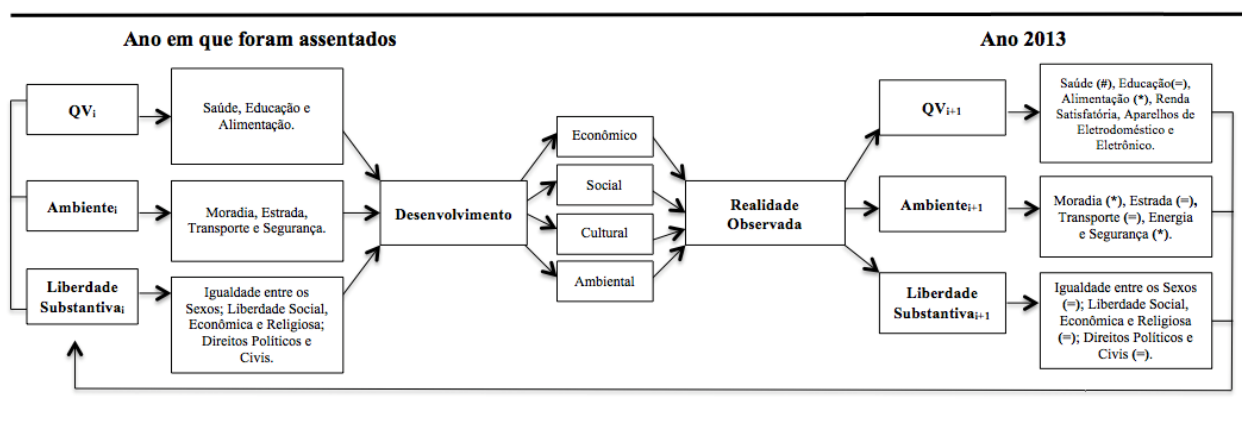


Figura 18. Modelo de Macromarketing Expandido adaptado à realidade do assentamento Canaã.

Legenda: (*) Melhorou. (#) Piorou. (=) Continua igual.

A ausência das dimensões globalização e mercados observado na figura 18 é devido a não contemplação da mesma na realidade observada no assentamento Canaã, essas que não inviabilizou a interpretação dos dados e observação da não ocorrência de uma evolução considerável do assentamento, podendo futuros estudos em assentamentos com características semelhantes utilizar a mesma adaptação para interpretação dos seus resultados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo descrever o processo extrativo da castanha-da-Amazônia no assentamento Canaã considerando os fatores do Macromarketing Expandido, o que foi possível observar em alguns aspectos, pois nem todas as variáveis analisadas de qualidade de vida, ambiente e liberdade substantiva foram evidenciadas no início em que as famílias foram assentadas.

Por meio das análises realizadas tendo como base os objetivos específicos propostos, foram examinados alguns pontos como, o perfil socioeconômico dos assentados que como foi demonstrado obteve melhorias significativas em relação ao início do assentamento até o ano de 2013, tendo melhoria na renda familiar e per capita mensal, moradia, aumento do número de refeições diárias e a redução da porcentagem de renda destinada a alimentação, influenciando diretamente no aumento da satisfação quanto à forma de vida.

Outros elementos analisados foi conhecer as práticas de convivência familiar e associativa, e a caracterização e o esforço de participação e liberdade além dos fatores de desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental, onde foi possível observar a estagnação em relação à educação, saúde, saneamento básico, além das péssimas condições das estradas, não recebendo apoio de autoridades e não tendo voz ativa na tomada de decisões públicas e a quantidade de necessidades descritas pelos entrevistados não reduziu significativamente, tendo uma diminuição em relação à satisfação com a renda da castanha-da-Amazônia, o que provavelmente influenciou na depreciação do número de coletores do assentamento.

Comparando os resultados declarados pelos entrevistados em relação ao ano de 2003 com o ano de 2013, foi constatado que ocorreu

uma relativa evolução das dimensões do modelo Macromarketing Expandido, tendo uma leve melhoria na qualidade de vida em relação à renda e alimentação, o que não foi observado na educação e saúde. Perfil não muito diferente foi verificado para o ambiente, ocorrendo melhoria na moradia e energia, não sendo evidenciada nenhuma evolução em relação ao saneamento básico e as demais variáveis. Situação ainda mais desfavorável foi averiguada para liberdade substantiva, onde requer que se removem as principais fontes de privação de liberdade como pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas, destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressivos, fatores que também não foi observados no presente estudo.

É importante ressaltar que mesmo não sendo observado evolução significativa das dimensões do Macromarketing Expandido, pode-se constatar melhorias, sendo necessário uma maior atenção a essas famílias pelas autoridades competentes, a fim de propiciar uma vida com o mínimo de dignidade, tendo acesso aos serviços essenciais como água tratada, saúde, educação e saneamento básico.

Ao realizar esta pesquisa houve algumas limitações, como a falta de documentos sobre o assentamento, visto que por ser tratar de uma comunidade com 10 anos de criação e com dificuldades de regularização perante o INCRA fragilizou o conhecimento sobre o local a ser estudado, onde foi suprida de certa forma com os depoimentos dos assentados. Outra dificuldade foi na realização das entrevistas, pois com o período de colheita do café os assentados passavam mais horas trabalhando nas lavouras.

Portanto, são necessárias pesquisas futuras para uma melhor

compreensão dos estudos que envolvam o modelo Macromarketing Expandido, este que é uma teoria recente e ainda necessita de algumas investigações para a comprovação de sua efetividade na prática em consonância com a teoria. Por fim, recomenda-se a continuidade de estudos sobre a temática em espaços iguais ou similares, considerando a necessidade de uma maior atenção as famílias pelas autoridades competentes, o que pode propiciar melhor qualidade de vida.

6. REFERÊNCIAS

ABRA. **O que se entende por reforma agrária.** Boletim da Associação de Reforma Agrária – ABRA. Editorial, N5/6, 1976.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992.

ABRAMOVAY, R. **Um novo contrato para a política de assentamentos.** In: OLIVA, P. M. Economia Brasileira – Perspectivas do Desenvolvimento. São Paulo: CAVC, 2005.

ALENCAR, J. **Assentamentos Canaã e Raio do Sol reivindicam melhorias nas estradas e no Transporte Escolar.** Disponível em <<http://www.ariqueemes190.com.br/noticia.php?id=4207>>. Acesso em 13/10/2010.

ALVES. C.A.B.; SILVA, S.; SOUZA, R.S.; DANTAS, W.M.; MARQUES, L.A.S. A cultura da banana (*Musa paradisiaca* L.): uma realidade na geração de emprego e renda no assentamento amarelinha de cima (Pilõezinhos, PB, NE, Brasil). **XVII Encontro Nacional de Geógrafos - XVII ENG**, 2012.

ALVES, R.N.B.; HOMMA, A.K.O. Pecuária Versus Diversificação da Produção nos Projetos de Assentamentos no Sudeste Paraense. **Rer. Embr. Amaz. Oriental.** Comunicado Técnico nº 97, 2004.

ANTOS, A.M.; MITJA, D. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. **Interações**, v.13, n.1, p.39-48, 2012.

ARAÚJO, J.B.C.; PAIVA, F.F.A.; PIMENTEL, J.C.M.; MARINHO, F.A. Desenvolvimento sustentável e rede de relações sociais: o caso do assentamento Che Guevara, Ocara, Ceará. **VI Congresso Brasileiro de Agroecologia**, 2009.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco.** Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

ASSUMPÇÃO, A.B.; PÁDUA, C.V.; LIMA, J.F.; CULLEN JR, L.; MORATO, M.I.R. **Sistemas agroflorestais em assentamentos de reforma agrária.** 2. ed. Brasília: PDA, 2002.

BANDEIRA-DE-MELLO, R.; CUNHA, C.J.C.A. Operacionalizando o método da Grounded Theory nas pesquisas em estratégia: técnicas e procedimentos de análise com o apoio do software ATLAS/TI. **III Encontro de Estudos em Estratégia**, 2003.

BARBANT, M. **Parceria incentiva produção de castanha-do-Brasil em assentamento modelo no Noroeste de MT.** Disponível em <http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1414:parceria-incentiva-producao-de-castanha-do-brasil-em-assentamento-modelo-no-noroeste-de-mt&catid=292:biodiversidade&Itemid=180>. Acesso em 01/12/2012.

BARBO, A.R.C.; SHIMBO, I. Uma reflexão sobre o padrão mínimo de moradia digna no meio urbano brasileiro. **Rev. Bras. Estud. Urban. Reg.**, v.8, n.2, p.75-94, 2006.

BARROS, R.P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Rev. Bras. Ciên. Soc.**, v.15, n.42, p.123-142, 2000.

BARRACLOUGH, S. **A reforma agrária nos países em desenvolvimento: o papel do estado de outros agentes.** In: A economia da reforma agrária. Estudos Nead 5. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

BECK, L.M.; DAVID, H.M.S.L. O abuso de drogas e o mundo do trabalho: possibilidades de atuação para o enfermeiro. **Esc. Anna. Nery. Rev. Enferm.**, v.11, n.4, p. 706-711, 2007.

BECKER, B. Revisão das Políticas de Ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?. **Rev. Parc. Estrat.**, v.12, p.135-159, 2001.

BERGAMASCO, S.M.; NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERGAMASCO, S.M.P.P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estud. Avançados**, v.11, n.13, p.37-49, 1997.

BERTI, E. **As razões de Aristóteles.** São Paulo: Loyola, 1998.

BRASIL. **Castanha-do-Brasil.** Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2010.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Programa Nacional de Prevenção e Controle da Malaria – PCNM.** Ministério da Saúde. Brasília, 2003.

CALANDINO, D.; WEHRMANN, M.; KOBLITZ, R. Contribuição dos assentamentos rurais no desmatamento da Amazônia: um olhar sobre o Estado do Pará. **Desen. Meio. Amb**, v.26, p.161-170, 2012.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** 34. ed. São Paulo: Ed Duas Cidades; 2001.

CAVALCANTE, K.V.; FRANCHI, T.; LOPES, R.H.; MOTA, J.A. O extrativismo no século XXI: A castanha no amazonas. **IX Encontro Nacional da ECOECO**, 2011.

CAVALCANTI, B.C.; BARROS, R.R.A. Desejos de cidade: imaginários urbanos em assentamentos rurais numa área de reserva de mata atlântica brasileira. **Horiz. antropol**, v.12, n.25, p.217-235, 2006.

CBNFOZ. **Assentamentos devem receber energia até fim do ano, diz Cemig**. Disponível em <<http://www.cbnfoz.com.br/editorial/brasil/minas-gerais/25072014-177158-assentamentos-devem-receber-energia-ate-fim-do-ano-diz-cemig>>. Acesso em 25/07/2014.

CDC. **Centers for Disease Control and Prevention**. Disponível em:<www.cdc.gov/epiinfo>. Acesso em 12/07/2014.

CERQUEIRA, P.R.S.; DIAS, A.A.; AYRES, A.J.; NETO, J.F.; SOUSA, L.S.; SANTOS, M.C; CARNEIRO, S.L.Diagnóstico Agro-Socioeconômico do Assentamento Amaralina-Município de Vitória da Conquista-Bahia. **I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, 2002.

CESAMA. Companhia de Saneamento Municipal Juiz de Fora. **Saneamento Básico**. Disponível em:<www.cesama.com.br/?pagina=saneamento>. Acesso em 09/08/2014.

CLAY, J.W. **The use of a keystone species for conservation and development**. In: C. H. FREESE. Harvesting wild species. Implications for biodiversity conservation: The John Hopking University Press, Baltimore, 1997.

CLEMENT, C.R. **Biodiversidade Amazônica: exemplos e estratégias de utilização**. 1. ed. Programa de Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico. Manaus: INPA, 2000.

CLEMENT, C.R. **Castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa*)**. In: CLAY, W.J.; SAMPAIO T.B.; CLEMENT, C.R. Biodiversidade amazônica: exemplos e estratégias de utilização. Manaus: SEBRAE-PDET, 1999.

COBRA, M.; BREZZO, R. **O novo Marketing**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COCA, E.L.F. Territorialidades camponesas nos tipos de assentamentos rurais do Território Cantuquiriguaçu, Estado de Paraná, Brasil. **GeoGraphos**, v.4, n.48, p.383-410, 2013.

CORTEZ, M.G. **Sistemas sociais de produção da castanha da Amazônia (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) no município de Manicoré/AM**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) - Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 2011.

COSAC, C.M.D.; PEREIRA, J.L. O desenvolvimento na perspectiva do século XXI. **Serv. Soc & Realid**, v.17, n.1, p.300-321, 2008.

COSLOVSKY, S.V. **Determinantes de sucesso na indústria da castanha – como a Bolívia desenvolveu uma indústria competitiva enquanto o Brasil ficou para trás.** Rio de Janeiro: Ebape, 2005.

CRESPO, A.P.A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE. electron**, v.1, n.2, p.02-12, 2002.

CUNHA, A.R.A.A. **Perfil de compra de produtos básicos em assentamentos rurais : evidências empíricas.** Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, texto para discussão, n. 188, 2003.

DAVIS, J. B. Sen on justice, deliberation, and individuals. **Maitreyee**, n.19, p.3-6, 2011.

DUCKE, A.; BLACK, G.A. Notas sobre a fitogeografia da Amazônia brasileira. **Boletim Técnico do Instituto Agronômico do Norte**, n. 29, p.1-48, 1954.

ECODEBATE. Ecodebate, Ciências e Meio Ambiente - **Pesquisa do INCRA mostra que assentados têm dificuldade de acesso a crédito e serviços de saúde.** Disponível em <<http://www.ecodebate.com.br/2010/12/22/pesquisa-do-incra-mostra-que-assentados-tem-dificuldade-de-acesso-a-credito-e-servicos-de-saude/>>. Acesso em 22/12/2010.

ENRÍQUEZ, G. Amazônia - Rede de Inovação de Dermocosméticos: Sub-rede de dermocosméticos na Amazônia a partir do uso sustentável de sua biodiversidade com enfoques para as cadeias produtivas da castanha-do-pará e dos óleos de andiroba e copaíba. **Parc. Estrat**, v.14. n.28. p.51-118, 2009.

FAGGIN, J.M. **Reforma agrária, sustentabilidade e participação: o caso do Projeto de Desenvolvimento Sustentável São Luiz, Cajamar-SP.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília (UNB), 2009.

FEARNSIDE, P. **Valoração econômica e os serviços ambientais da Amazônia.** In: RIVAS, A.; FREITAS, C.E.; MOURÃO, R.R. Valoração e Instrumentos Econômicos Aplicados ao Meio Ambiente: Alternativas para Proteger a Amazônia. Manaus: Instituto I-Piatam, 2008.

FERREIRA, A.B.; OLIVEIRA, T.K.; SÁ, C.P. Diversificação de atividades na produção familiar no projeto de assentamento Colibri no Acre. **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober)**, 2008.

FERREIRA, G.M.; ZAN, R.A.; RAMOS, L.J.; SOUSA, R.A.A.R.; MENEGUETTI, D.U.O. Panorama epidemiológico da malária no Município de Ariquemes, Rondônia, Amazônia Ocidental: um inquérito de seis anos (2005 a 2010). **Rev. Epidemiol. Control. Infect**, v.2, n.2, p.128-132, 2012.

FERREIRA, L.M.M.; TONINI, H. Comportamento da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) e da cupiúba (*Goupia glabra*) em sistema agrosilvicultural na região da Confiança, Cantá - Roraima. **Acta Amaz**, v.39, n.4, p.835-841, 2009.

FILOCREÃO, A.S.M. A castanha do Pará no desenvolvimento sustentável da Amazônia. **Seminário Internacional – Amazônia e Fronteiras do Conhecimento**, 2008.

FISHER, T.; PINHO, J.A.G. **Desenvolvimento territorial: organizações e gestão**. Brasília, 2006.

FISK, G. An Invitation to Participate in Affairs of the Journal of Macromarketing. **Jour. Macromarketing**, v.1, n.1, p.3-6, 1981.

FISK, G. **Marketing systems: an introductory analysis**. New York: Harper and Row, 1967.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre, Bookman, 2009.

FOLHABV. Folha de Boa Vista. **Famílias estão isoladas em assentamentos**. Disponível em < http://www.folhabv.com.br/Noticia_Impressa.php?id=93138>. Acesso em 25/08/2010.

GALVÃO, E.U.P.; MENEZES, A.J.E.A.; VILAR, R.R.L.; SANTOS, A.A.R. Análise da renda e da mão-de-obra nas unidades Agrícolas Familiares da Comunidade de Nova Colônia, Município de Capitão Poço, Pará. Amazônia: **Ciê. Desenvol**, v.1, n.1, p.35-45, 2005.

GALVÃO, L.L.L.F.; FARIAS, M.C.S.; AZEVEDO, P.R.M.; VILAR, M.J.P.; AZEVEDO, G.D. Prevalência de transtornos mentais comuns e avaliação da qualidade de vida no climatério. **Rev. Assoc. Med. Bras**. v.53, n.5, p. 414-420, 2007.

GANDRA, A. **Grande parte das estradas vicinais das regiões norte e noroeste fluminense está prejudicada pelas enchentes**. Disponível em <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-01-19/grande-parte-das-estradas-vicinais-das-regioes-norte-e-noroestefluminense-esta-prejudicada-pelas-enc>>. Acesso em 19/01/2012.

GANEM, A. O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek. **Econ. Soc. Campinas**, v.21, n.1, p.143-164, 2012.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GIRARDI, E.P; VINHA, J. F. S. C. Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA). **Relatório Brasil 2012**. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Presidente Prudente, São Paulo: FCT/UNESP, 2013.

GLOBO RURAL. **Assentados têm dificuldade de acesso a crédito e serviços de saúde, diz pesquisa do INCRA.** Disponível em <<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI19743218078,00ASSENTADOS+TEM+DIFICULDADE+DE+ACESSO+A+CREDITO+E+SERVICOS+DE+SAUDE+DIZ+PESQ.html>>. Acesso em 21/12/2010.

GONDIM, A. **30% de assentados deixam projetos de reforma agrária.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc28129805.htm>>. Acesso em 28/12/1998.

GRAPHPAD. GraphPad Prism. Disponível em <www.graphpad.com>. Acesso em 12/07/2014.

GRAZIANO, X. **O carma da terra no Brasil.** A Girafa, 2004.

GUILHOTO, J.J.M.; SILVEIRA, F.G.; ICHIHARA, S.M.; AZZONIIV, C.R. A importância do agronegócio familiar no Brasil. **RER**, v.44, n.03, p.355-382, 2006.

G1. Portal Globo de Notícias. **Estradas em más condições deixam alunos há 2 meses sem aula em MT.** Disponível em <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/04/estradas-em-mas-condicoes-deixam-alunos-ha-2-meses-sem-aula-em-mt.html>>. Acesso em 03/04/2013.

G1. Portal Globo de Notícias. **Casal é preso por tráfico de drogas em assentamento em Promissão.** Disponível em <<http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2014/07/casal-e-preso-por-trafico-de-drogas-em-assentamento-em-promissao.html>>. Acesso em 09/08/2014.

HAGE, S.A.M.; ALMEIDA, L.S. **Desafios da educação nos assentamentos da Reforma Agrária da Amazônia Paraense.** Disponível em <www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/12/16-GT-Salom%23U00e3o-Antonio-Mufarrej-Hage-Luciane-Soares-Almeida.doc>. Acesso em 16/12/2011.

HOLLOWAY, R.J.; HANCOCK, R.S. **The Environment of marketing behavior: selections from the literature.** New York: John Wiley e Sons, 1964.

HOMMA, A.K.O.; CARVALHO, R.A.; MENEZES, A.J.E. Custo de produção de banana no Sudeste Paraense. **Rer. Embr. Amaz. Oriental**. Circular Técnica: n.21, 2001.

HUNT, S.D; BURNETT, J.J. The Macromarketing/micromarketing dichotomy: a taconomical model. **Jour. Macromarketing**, v. 46, p.11-26, 1982.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - **Em 30 anos, importantes mudanças nos hábitos de consumo dos brasileiros.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/19052004pof2002html.shtm>>. Acesso em 19/05/2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da extração vegetal e silvicultura**: 23. ed. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – **Vamos conhecer o Brasil**. Disponível em <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo>>. Acesso em 01/06/2014.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Convênios garantem recuperação de estradas em assentamentos catarinenses**. Disponível em <[http://www.incra.gov.br/noticias/conv%C3%AAnios-garantem-recupera%C3%A7%C3%A3o-de-estradas-em-assentamentos- catarinenses](http://www.incra.gov.br/noticias/conv%C3%AAnios-garantem-recupera%C3%A7%C3%A3o-de-estradas-em-assentamentos- Catarinenses)>. Acesso em 11/07/2014.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. INCRA distribui 3.550 cestas de alimentos para famílias acampadas no Rio Grande do Norte. Disponível em <www.incra.gov.br/incra-distribui-3-550-cestas-de-alimentos-para-familias-acampadas-no-rio-grande-do-norte>. Acesso em 15/11/2013.

INPA. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. **Ti Arara da Volta Grande do Xingu**. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/BM/docsOf/EIA09/Vol%2035/TOMO%203/Texto/TI-ARARA-Rev-Final-10-04-09.pdf>. Acesso em 09/08/2014.

INSS. Instituto Nacional de Seguro Social: Aposentadoria do trabalhador rural. Disponível em: <www.inss/aposentadoria-do-trabalhador-rural.html>. Acesso em 03/08/2014.

KERSTENETZKY, C.L. Desigualdade e pobreza: Lições de Sen. **Rev. Bras. Ciên. Soc**, v.15, n.42, p.113-122, 2000.

KERSTENETZKY, C.L. Desigualdades justas e igualdade complexa. **Lua. Nov.** v.47, n.9, p.4-26, 1999.

KILBOURNE, W.E. Globalization and Development: An Expanded Macromarketing View. In: Marketing and Development. **Jour. Macromarketing**, v.24, n.2, p.122-135, 2004.

KILBOURNE, W.E. How Macro Should Macromarketing Be?. **Jour. Macromarketing**, v.28, n.2, p.189-191, 2008.

LADISLAU, J.L.B.; LEAL, M.C.; TAUIL, P.L. Avaliação do Plano de Intensificação das Ações de Controle da Malaria na região da Amazônia Legal, Brasil, no contexto da descentralização. **Epidem. Serv. Saúde**, v.15, n.2, p.9-20, 2006.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2004.

LIMA, K.K.S.; LOPES, P.F.M. A qualidade socioambiental em assentamentos rurais do Rio Grande do Norte, Brasil. **Cienc. Rural**, v.42, n.12, p.2295-2300, 2012.

LIMA, L.M.S. Biologia reprodutiva de castanheira (*Bertholletia excelsa* Bonpl) em um plantio no Acre. **III Congresso Latino Americano de Ecologia**, 2009.

LISS, P.E.L. **On need quality of life in Nordenfelt. Concepts and Measurement of life in health care**. Dordrecht: Kluwer, 1994.

LOCATELLI, M.; VIEIRA, A.H.; BENTES - GAMA, M.M.; FERREIRA, M.G.R.; MARTINS, E. P.; SILVA FILHO, E.P.; SOUZA, V.F; MACEDO, R.S. Cultivo da castanha-do-Brasil em Rondônia. **Embrapa Rondônia**. Porto Velho: Sistemas de Produção, 2005.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras**. 4. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2000.

LUCCHESI, R. Equidade na gestão descentralizada do SUS: desafios para a redução das desigualdades em saúde. **Ciê. Saúde. Colet**, v.8, n.2, p.439-448, 2003.

MARIN, S.R.; QUINTANA, A.M. Amartya Sen e a escolha social: Uma extensão da Teoria da Justiça de John Rawls? **Rev. Econ. Contemp**, v.16, n.3, p.509-532, 2012.

MARQUES, G.R.G. Analisando o desenvolvimento: a perspectiva de Amartya Sen. **Rev. Urutáua**, v.22, p.120-123, 2010.

MARTINELLO, A.S. Campesinato, abordagem das capacitações e o pensamento de Amartya Sen: Da crítica ao Marxismo ao novo paradigma do desenvolvimento. **Bol. Gaúcho. Geo**, v.36, n.1, p.29-42, 2011.

MARTINEZ, S.R. A liberdade, a igualdade e a fraternidade na análise econômica do direito a partir do pensamento de Amartya Sen. **Ciê. Soc. Aplic. Rev**, v.11, n.20, p.43-53, 2011.

MARTINS, L.; SILVA, Z.P.G.; SILVEIRA, B.C. Produção e comercialização da castanha do Brasil (*bertholletia excelsa*, h.b.k) no estado do Acre - Brasil, 1998-2006. **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administrativa e Social Rural**, 2008.

MCCARTHY, J. **Basic marketing**. 6th ed. Homewood: Richard Irwin, 1978.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar**. Brasília, 2013.

MEADE, W.; NASON, R. Toward a Unified Theory of Macromarketing: A Systems Theoretic Approach, **Jour. Macromarketing**, v.11, n.1, p.72-82, 1991.

MIRANDA, C.M.C.; ARRUDA, D.M.O. A evolução do pensamento de marketing:

uma análise do corpo doutrinário acumulado no século XX. *Rev. Interdis. Marketing*, v.3, n.1, p. 40-57, 2004.

MPRS. Ministério Público Rio Grande do Sul. **Grupo interinstitucional busca soluções para estradas de assentamentos de São Gabriel**. Disponível em <<http://www.mprs.mp.br/imprensa/noticias/id34765.html>>. Acesso em 17/03/2014.

MORI, S.A.; PRANCE, G.T. **Taxonomy, ecology and economic botany of the Brazil nut (*Bertholletia excelsa*, Humb & Bonpl: Lecythidaceae)**. In: PRANCE, G.T; BALICK, M.J. (Eds.). *New directions in the study of plants and people: research contributions from the Institute of Economic Botany*. New York: The New York Botanical Garden, 1990.

MOTA, D.N.; VIEIRA, V.C.R.; RIBAS, C.E.D.C. Monocultura do café versus diversificação produtiva no Assentamento Primeiro do Sul, em Campo do Meio, Minas Gerais: a relação com a segurança alimentar e nutricional sustentável. **VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**, 2010.

MOURA, J.D.P. Algumas Reflexões Sobre a Organização Espacial do Assentamento Serraria/ Tamarana- PR. *Geografia*, v.10, n.1, p.63-78, 2001.

NASON, R. **Comments on Meade and Nason**, 2004.

NUNESMAIA, M.F. A gestão de resíduos urbanos e suas limitações. *Rev. Baiana. Tecnol*, v.17, n.1, p.120-129, 2002.

OCAMERA. Indivíduo é preso acusado de tráfico de drogas no assentamento Maisa. Disponível em <<http://www.ocamera.com.br/site/post/4322>>. Acesso em 09/08/2014.

OLIVEIRA, V.L. Liberdade e Poder em Amartya Sen: uma Leitura Crítica. *Rev. Desenvol. Quest*, v.5, n.9, p.9-31, 2007.

ONF-BRASIL. Projeto sequestro de carbono. **Organização e facilitação da colheita da Castanha-do-Brasil na Fazenda São Nicolau**. Anais Oddi, 2008.

PACZKOWSKI, S. **Desenvolvimento de um procedimento de avaliação de práticas de responsabilidade social das organizações produtivas**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2003.

PAIVA, E.A.S.; SANTOS, M.R.C. Aposentadoria especial do trabalhador rural. **VIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IV Encontro Latino Americano de Pós-Graduação**, 2004.

PASQUIS, R.; SILVA, A. V.; WEISS, J.; MACHADO, L. Reforma agrária na Amazônia: balanço e perspectivas. *Cader. Ciên. Tecnol*, v.22, n.1, p.83-96, 2005.

PAUGAM, S. **Abordagem sociológica da exclusão**, pp. 49-62. In **MPB Veras (org.). Por uma sociologia da exclusão social**. São Paulo: EDUC, 1999.

PEREIRA, F.D.; CORRÊA, H.S.; NASCIMENTO, S.F.; ARAÚJO, R.L.; MELLO, A.H.A Importância da Atividade Extrativista Não Madeireira no Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta e Piranha – Nova Ipixuna-PA. **Rev. Bras. de Agroecol**, v.4, n.1, p.759-762, 2009.

PEREIRA, J.M.; SOUSA, M.M.M. Resultados Econômicos dos Assentamentos Rurais da Zona da Mata de Pernambuco. **XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 2004.

PERES, C.; BAIDER, A.; ZUIDEMA, C.; PIETER, A.; WADT, L.H.O.; KAINER,; et al. Demographic threats to the sustainability of Brazil nut exploitation. **Science**, v.302, n.5653, p.2112-2114, 2003.

PINTO, M.R. Marketing e sociedade: uma discussão teórica. **Revista Eletrônica de Administração**. Disponível em <http://www.pucminas.br/documentos/serro_revista_eletronica_administracao.pdf>. Acesso em 10/10/2013.

PIURA. Projeto Piura. Disponível em <<http://www.projetopiura.org/p/pepe.html>>. Acesso em 01/06/2014.

QUEIROZ, T.L.A.; CAVALCANTE, P.S. As contribuições do software Atlas Ti para a análise de relatos de experiência escritos. **X Congresso Nacional de Educação (EDUCERE) e I Seminário Internacional de representantes sociais, subjetividade e educação (SIRSSE)**, 2011.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Gradiva, 1992.

RANGEL, H.M.V.; SILVA, J.V. O direito fundamental à moradia como mínimo existencial, e a sua efetivação à luz do estatuto da cidade. **Vered. Direito**, v.6, n.12, p.57-78, 2009.

RANIERI, S.B.L. **Retrospecto da Reforma Agrária no Mundo e no Brasil**. In: SPAROVEK, G. A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. São Paulo: Páginas e Letras, 2003.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RENAULT, C.S.; BASTOS, F.A.; FILGUEIRA, J.P.P.S.; FILGUEIRA, J.P.P.S.; HOMMA, T.K. Epidemiologia da malária no município de Belém- Pará. **Rev. Para. Med**, v.21, n.3, p.19-24, 2007.

RIBEIRO, C.D.M. “Cultura dos limites”, justiça sanitária e alocação de recursos: argumentações racionais acerca dos conflitos morais em medicina intensiva

neonatal, do ponto de vista dos profissionais intensivistas. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, 2003.

RNATV. **Estradas de assentamento em Confresa estão em péssimas condições.** Disponível em <<http://rnatv.com.br/noticias/2012/05/29/estradas-de-assentamento-em-confresa-estao-em-pessimas-condicoes/>>. Acesso em 26/07/2014.

ROCHA, S. **A pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

ROELSER, M.R.B.; WERNER, A.; OLIVEIRA, D.A.M.; TONN M.A. O projeto profissional do serviço social e o processo de desenvolvimento como liberdade. **Seminário Nacional – Estado e Políticas Sociais no Brasil**, 2008.

ROSA, R. **Recuperação das estradas nos assentamentos gaúchos reúne Secretarias do Estado.** Disponível em <http://www.rs.gov.br/conteudo/194446/recuperacao-das-estradas-nosassentamentos-gauchos-reune-secretarias-do-estado/termosbusca=*>. Acesso em 02/04/2014.

SAAVEDRA, M. Malária, mosquitos e ruralidade no Portugal do século XX. **Etnográfica**, v.17, n.1, p.51-76, 2013.

SALOMÃO, R.P. Densidade, estrutura e distribuição espacial da castanheira do Brasil (*Bertholletia excelsa* H. & B.) em dois platôs de floresta ombrófila densa na Amazônia setentrional brasileira. **Bol. Mus. Para. Emilio. Goeldi. Ciên. Nat**, v.4, n.1, p.11-25, 2009.

SANGALLI, A.R. **Assentamento Lagoa Grande, em Dourados, Ms: Aspectos Socioeconômicos, Limitações e Potencialidades para o seu Desenvolvimento.** Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2013.

SANGALLI, A.R.; SCHLINDWEIN, M.M. Desafios da agricultura familiar: deficiências e potencialidades de desenvolvimento no assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados, Mato Grosso do Sul. **Org. Demo**, v.14, n.2, p.7-28, 2013.

SANTOS, A. **Desenvolvimento Como Liberdade em Amartya Sen.** Monografia (Curso de Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2013.

SANTOS, L.C. Macromarketing: Fundamentos, Natureza, Escopo e Tendências. **Cad. Pesq. Admin**, v.11. n.2, p.13-27, 2004.

SANTOS, J.U.M.; BASTOS, M.N.C.; GURGEL, E.S.C.; CARVALHO, A.C.M. *Bertholletia excelsa* Humboldt & Bonpland (Lecythidaceae): aspectos morfológicos

do fruto, da semente e da plântula. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Ciên. Nat.**, v.1, n.2, p.103-112, 2006.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCHÜTZ, G. **Quando o “igual tratamento” acaba em injustiça. Um paradoxo bioético das políticas sanitárias universalistas de alocação de recursos**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de saúde Pública (FIOCRUZ), 2002.

SCOLES, R.; GRIBEL, R.; KLEIN, G.N. Crescimento e sobrevivência de castanheira (*Bertholletia excelsa* Bonpl.) em diferentes condições ambientais na região do rio Trombetas, Oriximiná, Pará. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Ciên. Nat.**, v.6, n.3, p.273-293, 2011.

SEN, A. Comportamento econômico e sentimentos morais. **Lua Nov**, v.25, n.1, p.103-130, 1992.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. 1º ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. 2º ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SEN, A. How to judge globalism. **American Prospect**, v.13, n.1, p.1-10, 2002.

SEN, A. Por qué la equidade en salud?. **Pan. Amer. Jour. Pub. Health**, v.11, n.5-6, p.302-309, 2002.

SEN, A. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras: 1999.

SEN, A. **Economía del crecimiento**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SEN, A. Well-being, agency and freedom. **Jour. Philosophy**, v.82, n.4, p.169-221, 1985.

SCHMITZ, E.; PERES, J.O. Os conceitos de marketing social e responsabilidade social incorporados pelas instituições. **Opinio**, v.16, 2006.

SHAWVER, D.L.; NICKELS, W.O. **A Rationalization for macro-marketing concepts and definitions**. In: FISK, G; NASON, R.W. Macro-marketing: new steps on the learning curve. Boulder: Business Research Division, Graduate School of Business Administration, University of Colorado, 1979.

SILVA, F.A.C.; ESPÍNOLA, M.J.C.; VILAR, R.M. Gestão do conhecimento e inteligência competitiva: desafios para as organizações produtivas. **Inf. Soc. Est.**, v.16, n.1, p.91-100, 2006.

SILVA, J.D.; AQUINO, M.F.; SANTOS, E.M.; BEZERRA JUNIOR, G.L.; NÓBREGA, S.C.A.; AZEVEDO, E.O. 11919 - Estágio de vivência em assentamentos da Paraíba e Pernambuco. **Cader. Agroecol.** v.6, n.2, p.1-5, 2011.

SILVA, M.G.S.N. **O espaço ribeirinho**. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

SILVA, R.A. A Liberdade nas perspectivas teóricas de Milton Friedman e Amartya Sen. **Rev. Ciên. Soc. Perspec**, v.10, n.19, 2011.

SIQUEIRA-BATISTA, R.; SCHRAMM, F.R. A saúde entre a iniquidade e a justiça: contribuições da igualdade complexa de Amartya Sen. **Ciênc. Saúde. Coletiva**, v.10, n.1, p. 129-142, 2005.

SOUSA, J.M.M.; LARA, D.C.; SOUZA, I.F. As condições de moradia, o nível de satisfação das famílias assentadas em Sergipe e as interfaces com a Política Nacional de Reforma Agrária. **Rev. Bras. Econ. Domést**, v.23, n.2, p.82-106, 2012.

SOUSA, M.C.; KHAN, A.S.; PASSOS, A.T.B. Qualidade de Vida da Agricultura Familiar em Assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Norte. **Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 2004.

SOUZA-FILHO, T.A.; PAES-DE-SOUZA, M.; PEDROSO, E.A.; SILVA, T.N. Características da produção da castanha-da-Amazônia no Estado de Rondônia. **V Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, 2010.

SOUZA, R.E.M.; SILVA, M.G.S.N.; MELO, K.C.; PEREIRA, A.P.A. Navegando entre os banzeiros do Rio Madeira: A pluriatividade em questão. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2012.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras, 2003.

STOIAN, D. Cosechando lo que cae: la economia de la castaña (*Bertholletia excelsa* H.B.K) em la Amazônia Boliviana. **Cifor**. v.3, n.5, p.89-116, 2004.

TAVARES, M.F.F.; FISCHER, T.B.; TONETTE, R. **Agregação de valor na Castanha-do-Brasil: o caso da Natura Ekos**. Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Central de Cases, 2010.

TEIXEIRA, J.C.; HELLER, L. Fatores ambientais associados à diarreia infantil diarreia em áreas de assentamentos subnormal em Juiz de Fora. **Rev. Bras. Saúde. Mat. Infan**, v.5, n.5, p.449-455, 2005.

TONINI, H. Fenologia da castanheira-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl., Lecythidaceae) no sul do estado de Roraima. **Cerne**, v.17, n.1, p.123-131, 2011.

TONINI, H.; COSTA, P.; KAMINSKI, P.E. Estrutura e produção de duas populações nativas de castanheira-do-brasil (*Bertholletia excelsa* O. Berg) em Roraima. **Floresta**, v.38, n.3, p.445-457, 2008.

TOURNEAU, F.M.; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Amb. Soc**, v.8, n.1, p.111-130, 2010.

UICN; WWF-BRASIL; IPÊ. In: WEIGAND J. R.; CALANDINO, D.; OLIVEIRA E SILVA, D. **Metas de Aichi: situação atual no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011.

VIEGAS, H.A. A Influência do Nível de Escolaridade na Renda das Famílias – Estudo de Caso do Assentamento Loroty, Tocantins. **XLIII Congresso Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural**, 2005.

WAGSTAFF, A. Pobreza y desigualdades en el sector de la salud. **Pan Amer. Jour. Pub. Health**, v.11, n.5-6, p.316-326, 2002.

WORDPRESS. **Estradas vicinais que liga a Espírito Santo aos sítios Assentamento e Tabocas estão intrafegáveis**. Disponível em <<http://espiritosantornpovao.wordpress.com/2014/03/28/estradas-vicinais-que-liga-a-espírito-santo-aos-sítios-assentamento-e-tabocas-estao-intrafegaveis/>>. Acesso em 28/03/2014.

YARED, J.A.G.; KANASHIRO, M.; VIANA, L.M.; CASTRO, T.C.; PANTOJA, J.R.S. Comportamento silvicultural de castanheira (*Bertholletia excelsa* H. & K.), em diversos locais na Amazônia. **Congresso Florestal Panamericano**, 1993.

ZAN, R.A.; COSTA, A.L.; COSTA, J.B.; MENEGUETTI, D.U.O. Análise microbiológica de amostras de água de poços rasos localizado no município de Buritis, região do vale do Jamari, Rondônia, Amazônia Ocidental. **Reget**, v.8, n.8, p.1867-1875, 2012.

ZUIDEMA, P.A. BOOT, R.G.A. **Ecology and Management of the Brazil Nut Tree (*Bertholletia excelsa*)**. PROMAB Scientific Series, Utrecht, 2002.

ZUIDEMA, P.A. **Demografía y manejo del árbol de castaña (*Bertholletia excelsa*)**: PROMAB Scientific Series, Bolívia, 2003.

INSTRUMENTO DE PESQUISA – ROTEIRO DE ENTREVISTA

SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA:

1. Nome (Chefe da família): _____

2. Sexo: 1() Masculino 2() Feminino

3. Estado Civil:

1() Solteiro

4() Viúvo

2() Casado

5() _____

3() Divorciado

4. Data de Nascimento: ____/____/____

5. Telefone: _____

6. Posicionamento Geográfico: Latitude _____ Longitude _____

7. Distância de centros urbanos e acesso: _____

8. Procedência: _____ Estado: _____

9. Grau de instrução:

1() Não Alfabetizado

6() Superior Incompleto

2() Fundamental Incompleto

7() Superior Completo

3() Fundamental Completo

8() Pós-Graduação Incompleta

4() Médio Incompleto

9() Pós-Graduação Completa

5() Médio Completo

10() _____

10. Tempo em que mora no local:

1() Menos de 1 ano

4() 7 a 9 anos

2() 1 a 3 anos

5() 10 anos ou mais

3() 4 a 6 anos

11. Número de filhos: _____

12. Número de pessoas que moram na casa:

1() 1 pessoa

4() 4 pessoas

2() 2 pessoas

5() 5 pessoas ou mais, quantos: _____

3() 3 pessoas

13. Atividade principal:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

14. Jornada diária de trabalho:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

15. Motivo da coleta da castanha:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

16. Qual a forma de comercialização da castanha:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

17. Qual a renda proveniente da venda da castanha:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

18. Participação da renda da castanha para a renda mensal:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

19. Tempo que coleta a castanha:

- 1() Menos de 1 ano 4() 7 a 9 anos
2() 1 a 3 anos 5() 10 anos ou mais
3() 4 a 6 anos

20. Mês de maior produção da castanha:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

21. Quantas pessoas da família estão envolvidas na coleta castanha:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

QUALIDADE DE VIDA: EDUCAÇÃO, RENDA, ALIMENTAÇÃO E SAÚDE

22. Escolarização dos membros da família:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

23. Número de pessoas da família que vão à escola:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

24. Local e condição para ir à escola:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

25. Renda mensal da família:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

26. Renda per capita:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

27. Meses de melhor renda:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

28. Como é realizado a divisão da renda familiar:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

29. Quantas pessoas da família trabalham fora do assentamento:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

30. Números de desempregados:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

31. Número de carteiras assinadas:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

32. Número de aposentados:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

33. Número de contribuinte INSS:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

34. Número de beneficiados com seguro desemprego:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

35. Satisfação com a renda:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

36. Forma de poupança:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

37. Recebe algum benefício social:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

38. Número de refeições diárias:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

39. Tipo de alimentação, diversidade e hábitos alimentares:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

40. Qual porcentagem da renda é destinada a alimentação:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

41. Tem informações sobre alguém ter passado necessidade?

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

42. Assistência à saúde:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

43. Onde é atendido em caso de doença:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

44. Acompanhamento médico e dentário:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

45. Doenças ocorrentes no período em que está no assentamento:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

46. Alguém na família faz uso de drogas, álcool, tabaco:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

AMBIENTE: SANEAMENTO BÁSICO, ÁGUA TRATADA, MORADIA, ENERGIA E SEGURANÇA.

47. Possui água encanada, tratamento da água, caixa d'água, filtro de água e tratamento de esgotos:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

48. Tipo de sanitários e fossa:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

49. Possui limpeza pública de ruas; coleta e destinação de resíduos orgânicos e inorgânicos:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

50. Faz reciclagem de lixo inorgânico:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

51. Tipo de estrutura da casa e número de cômodos:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

52. Número de eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

53. Possui energia elétrica:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

54. Tipo e situação de estradas e transporte:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

55. Como é a segurança da comunidade, da moradia e da floresta:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

56. Situação do ambiente quanto ao clima, barulho, poluição:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

57. Satisfação sobre o local onde mora:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

LIBERDADE SUBSTANTIVA: CULTURA, IGUALDADE DE GÊNERO, IGUALDADE SOCIOECONÔMICA, DIREITOS POLÍTICOS E CIVIS.

58. Participação de festividades na comunidade:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

59. Tipo de lazer:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

60. Exposição de percepções e reivindicações:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

61.

Observação

Percepção se sofre de preconceito e sobre o comportamento em relação a:
Cor e raça. Credo. Sexo. Trabalho.

62. Direitos na família, associação, comunidade:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

63. Religião: _____

64. Posição na igreja:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

65. Participação de ações sociais:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

66. Participação em associação:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

67. Recebe ajuda de programa do governo:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

68. Participação em movimentos, partido político e discussões políticas:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

69. Principais necessidades:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

70. Principais capacidades (competências = conhecimentos, habilidades e atitude):

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

71. Tem acesso a informações, conhecimentos e capacitações:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

72. Satisfação quanto a forma de vida:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

73. Satisfação com as relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas).

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

74. Avaliação do apoio que recebe:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

75. Classificação do nível econômico:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

76. Dificuldades enfrentadas:

Ano em que foi assentado	Ano de 2013

AUTORES

Naila Fernanda Sbsczk Pereira Meneguetti



Graduada em Sistemas de Informação pelo Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná - CEULJI/ULBRA (2008), Graduada em Gestão Financeira pelo UNISEB (2013), Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior (2009), Mestre em Administração pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR (2014). É doutoranda do Programa de Pós Graduação em Biodiversidade e Biotecnologia na Amazônia pela Universidade Federal do Acre - UFAC.

Mariluce Paes de Souza



Graduada em Administração pela Universidade Federal de Rondônia (1984), Especialista em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Federal de Santa Catarina (1989), Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), Doutora em Ciências Socioambientais pela Universidade Federal do Pará - UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA (2004), Pós-Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2012). Atualmente é Coordenadora do Centro de Estudos Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - CEDSA, Professora associada da Universidade Federal de Rondônia, atua na Departamento Acadêmico de Administração na graduação e no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-65-80261-00-0

